



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 28 de março de 2017.

1

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, **sob a Presidência do Vereador Wallace Marvila Fernandes**, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que foi constatada a ausência do Edil Alexandre Bastos Rodrigues. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, a secretária procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 602, 755, 756, 757 e 758/2017 – Delandi Pereira Macedo; 603/2017 – Brás Zagotto; 604, 613, 614 e 649/2017 – Edison Valentim Fassarella; 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611 e 612/2017 – Elio Carlos Silva de Miranda; 615 e 616/2017 – Higner Mansur; 617, 618, 619, 620, 621, 622, 635, 636, 647, 753, 759, 760, 761, 762 e 763/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 623, 624, 625, 626, 637, 638 e 639/2017 – Dário Silveira Filho; 627 e 645/2017 – Sílvio Coelho Neto; 628/2017 – Sílvio Coelho Neto e Alexandre Andreza Macedo; 629, 630, 631, 632, 743, 744, 745, 746, 747, 748 e 752/2017 – Sebastião Gomes; 633, 736 e 737/2017 – Alexandre Andreza Macedo; 634, 640, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 734, 735, 764, 765, 766 e 767/2017 – Rodrigo Sandi; 641, 642, 643, 644 e 751/2017 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 646, 664, 665, 666, 742, 749 e 750/2017 – Wallace Marvila Fernandes; 648, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733 e 754/2017 – Alexon Soares Cipriano; 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 738, 739, 740 e 741/2017 – Paulo Sérgio de Almeida. **Requerimentos:** 32 e 114/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 100, 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121/2017 – Delandi Pereira Macedo; 101 e 102/2017 – Elio Carlos Silva de Miranda; 103, 106 e 107/2017 – Rodrigo Sandi; 104, 105 e 112/2017 – Alexon Soares Cipriano; 108, 109, 110 e 111/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; 113/2017 – Sílvio Coelho Neto; 122 e 123/2017 – Edison Valentim Fassarella. **Ofícios:** 16/2017 – Devair Reis da Silva; 79/2017 – Conselho Municipal de Educação – Vânia Mardgan – Presidente; 80/2017 – Sindimunicipal – Jonathan Willian Moreira Correa – Presidente. **Projeto de Lei:** 16/2017 – Wallace Marvila Fernandes. **Projetos de Decreto Legislativo:** 36 e 37/2017 – Dário Silveira Filho; 38/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 39 e 40/2017 – Brás Zagotto; 41/2017 – Alexandre Andreza Macedo; 42/2017 – Rodrigo Sandi; 43 e 44/2017 – Diogo Pereira Lube. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Neste momento, vamos interromper a sessão para ouvirmos, pelo tempo de dez minutos, o Sr. Nivan Ramos Barina, Presidente Municipal do PC do Brasil, que falará sobre o aniversário de noventa e cinco anos do Partido Comunista do Brasil. Convido os membros do partido para tomarem assento ao lado da tribuna. / **Alexon Soares Cipriano, levantando questão de**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ordem: — Senhor presidente, está presente na Casa o articulador político, o Vander Maciel, e peço que o mesmo seja convidado a tomar assento ao lado da tribuna. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Pedido acatado. / **Nivan Ramos Barina:** — Boa-tarde a todos! No último sábado, o Partido Comunista do Brasil completou 95 anos, e Cachoeiro de Itapemirim, 150 anos de emancipação. O PC do B tem como presidente uma mulher, a Luciana Santos, e como líder de bancada, a Deputada Federal Alice Portugal. Então, nada mais justo do que a comissão política passar a palavra a uma mulher de Cachoeiro para que faça a leitura de um texto sobre a história do PC do B. Serão 95 anos contados em dez minutos. / **Marlene de Souza Cesar:** — Boa-tarde a todos! Senhor presidente, vereadores e público presente, no último dia 25 de março, o Partido Comunista do Brasil – PC do B – completou 95 anos de existência. O partido foi fundado em 25 de março de 1922 sob a sigla PCB e reorganizado em 1962, quando adotou a atual sigla. O surgimento do PC do B no Brasil é o resultado de uma conjugação de fatores internos e externos, entre eles as transformações da sociedade brasileira, a formação da nossa classe trabalhadora, a expansão de suas lutas e o impacto internacional das ideias da Revolução Russa de 1917, que está completando 100 anos. A sua organização representou o hasteamento da bandeira do socialismo e um salto de qualidade na organização e na atuação político-institucional dos trabalhadores. O nosso partido passou grande período de sua história na ilegalidade. Foi cassado em ocasiões de rompimento democrático e conseguiu finalmente seu registro definitivo, em 23 de maio de 1985. Detalhe: a Lei que garantiu a formação dos chamados novos partidos foi promulgada em 1979; portanto, o PC do B sabe, por experiência própria, o que é viver sob um processo político de exceção. Em seu quase um século de existência, sempre que a democracia foi ferida, o PC do B pagou um alto preço. Mesmo em períodos conturbados, como o repressivo Estado Novo, de Getúlio Vargas, a cassação durante o governo Eurico Gaspar Dutra, passando pela Ditadura de 1964, e o golpe de 2016, o PC do B ergueu bravamente suas bandeiras aos que defendiam a liberdade, a soberania brasileira e a redução de desigualdades entre o nosso povo. Em todas as lutas brasileiras, lá estivemos. Somos sobreviventes. A longevidade do PC do B explica-se, em parte, pelo esforço na construção de um projeto político para o país, e não em projetos personalistas. Participamos de eleições sim e fazemos grande esforço para eleger representantes para os diversos cargos. No entanto, os nossos olhos estão voltados a um projeto de nação. O PC do B é um partido que, ao longo dos anos, construiu uma visão abrangente e madura sobre o Brasil, sintetizada em seu programa, que aponta para a necessidade de constituirmos um novo projeto nacional de desenvolvimento, rumo estratégico para a construção de um socialismo de feições contemporâneas no país. As celebrações dos 95 anos do PC do B ocorrem em um momento grave da história política recente. A realização de um processo de impeachment, sem base legal e com o único intuito de produzir um atalho para chegar ao poder, agravou o contexto político, econômico e institucional. Sempre defendemos o combate implacável à corrupção, sem seletividade, sem desvirtuação de objetivos. No entanto, o combate à corrupção não deve servir para desconstruir o ordenamento institucional democrático. Não deve incidir para tencionar ou mesmo quebrar equilíbrio entre os poderes. Não deve servir para destruir ativos econômicos estratégicos e empresas competitivas no mercado global, pois as consequências são mais desemprego e recessão. Fazemos firme e consequente oposição à agenda antinacional, antidemocrática e antipopular em curso no país. O Governo Temer, que representa os interesses de algumas corporações financeiras do capital internacional, não

2

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

possui legitimidade para conduzir qualquer agenda no país. As propostas que ele busca impulsionar, como redução de direitos, desmonte do Estado e abertura indiscriminada ao capital externo, trazem consequências gravíssimas para o Brasil. Essa agenda já foi derrotada diversas vezes nas urnas. A crise do capitalismo nos últimos 10 anos mostra que a saída dos governos neoliberais, do capital financeiro e especulativo, tem sido o arrocho sobre os trabalhadores. As consequências são claras: aumento do desemprego, da pobreza, da fome e dos conflitos. Acreditamos que, diante do desmonte do Estado nacional, da desindustrialização e do desmonte de setores estratégicos de nossa economia, faz-se necessário renovar um projeto de país, baseado em uma ampla aliança em defesa do desenvolvimento. O PC do B é um partido de ideias e de ação. Pode-se concordar ou discordar de seus posicionamentos, mas não se pode negar que se trata de um partido que, com sua visão, contribui para o enriquecimento do debate sobre os rumos do país. Acima de tudo, há que se reconhecer que o PC do B não se furta em estar presente nos debates (e embates) mais importantes já travados no país. A ação parlamentar do PC do B, que sempre se pautou pela defesa da emancipação nacional, pela defesa da democracia e do progresso social, vem desde a década de 1920 e passa pela nossa gloriosa bancada constituinte de 1946 e de 1988. Hoje, a nossa representação parlamentar nas duas casas do Congresso Nacional atua de forma corajosa, com destacado papel das mulheres, como as Deputadas Alice Portugal, Jô Moraes, Jandira Feghali e a Senadora Vanessa Graziontin. A presidência nacional do partido é exercida também por uma mulher, a Deputada pernambucana Luciana Santos. Em Cachoeiro do Itapemirim, o PC do B também manteve intensa atividade legislativa, com três mandatos de vereador entre o ano de 1989 a 2000, do valoroso camarada Almir Forte. Nesse período, importantes leis foram aprovadas, como a que garante passe livre para os atiradores do Tiro de Guerra, exames oftalmológicos e auditivos a cada semestre para os alunos da rede municipal de educação, banheiros e bebedouros para clientes nas instituições bancárias da cidade, a proibição do tráfego de cargas perigosas pelas ruas do Município, a proibição do tráfego de caminhões e carretas pelas ruas do centro da cidade, proibição de carros de som no centro da cidade, obrigatoriedade do ensino de educação ambiental nas escolas da rede municipal, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a cobrança, pela municipalidade, pelo uso do solo onde estão localizados postes de sustentação dos fios de energia elétrica, dentre outras. Da mesma forma, participamos ativamente da elaboração da Lei Orgânica do Município e do Código de Ética da Câmara Municipal. Também em Cachoeiro do Itapemirim, no último pleito, o PC do B compôs a chapa vencedora das eleições municipais que elegeu o Prefeito Victor Coelho (PSB). Entendemos que a eleição de Victor Coelho significou uma grande mudança no escopo político de Cachoeiro e também da Região Sul, devido à influência da cidade em âmbito regional. Essa mudança, que teve início já no governo anterior e completou-se neste momento, desalojou antigas forças políticas tradicionais, abrindo espaço para novas lideranças. Por esse e por outros motivos, alimentamos grande expectativa de que o atual Governo Municipal consiga atender aos anseios da nossa população. Nesse ínterim, o PC do B ainda mantém a sua palavra de se colocar à disposição da atual administração para, juntos, pensarmos em uma nova política municipal e para construirmos uma cidade mais humana. A paciência histórica sempre nos foi peculiar. Ainda sobre a conjuntura política local, está na pauta da Câmara Municipal a proposta de revogação da chamada Lei Escola Sem Partido, aprovada aqui mesmo no ano de 2015. O debate sobre a Proposta Escola Sem Partido ganhou, espantosamente, dimensão nacional, o que seria inimaginável há poucos anos,

3

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

quando a ideia foi lançada, tamanho o despautério do projeto. Hoje, porém, faz sentido, quando analisada na lógica em que vem sendo construídos outros descabros, a exemplo da reforma da previdência, da lei da terceirização, da reforma do ensino médio e de outros. O PC do B faz um veemente apelo aos nobres vereadores para que votem pela imediata revogação da lei. A questão da legalidade da mesma é objeto de contestação e, por si só, já se configura argumento plausível. No entanto, vamos nos ater ao caráter estritamente educacional, provando, assim, a irracionalidade da proposta: a) Uma lei que diz respeito à educação, mais especificamente à educação escolar, precisa, necessariamente, ter embasamento teórico da pedagogia. A referida lei não a possui por uma questão óbvia: não há embasamento teórico da pedagogia que possa instrumentalizá-la. O idealizador da proposta, que é um advogado, e não um educador, deixou claro, em diversos debates e palestras, que a proposta tem sua base inspiradora no Código de Defesa do Consumidor. Ora, aluno não é cliente, e escola não é prestadora de serviço, como veremos adiante. b) Uma lei que diz respeito à educação não pode ser votada sem um amplo debate com os segmentos da sociedade, principalmente com a chamada comunidade escolar. Uma lei que diz respeito à educação não pode ser votada sem um amplo debate com os educadores, cuja expertise está justamente no conhecimento dos mecanismos que propiciam a apropriação do conhecimento socialmente produzido e da cultura. c) A função da educação é a formação do ser humano integral, do sujeito histórico. Para ser sujeito, necessário se faz que o aluno tenha autonomia. Também não há possibilidade de desenvolver autonomia sem que o outro sujeito da relação, o professor, seja autônomo. Da mesma forma, não há que se desenvolver a cidadania, outro objetivo da educação escolar, se a mesma é negada ao professor, que é o mediador na relação entre o aluno e seu objeto: o conhecimento e a cultura. d) O conhecimento não é transferido de forma mecânica, daquele que o possui (professor) para aquele que supostamente não o possui (aluno). O conhecimento é apropriado pelo aluno, na relação entre os sujeitos envolvidos no ambiente escolar. Professores e alunos são sujeitos históricos que precisam estabelecer relações de confiança mútua. Não existirá, por parte do aluno, a apropriação do conhecimento socialmente produzido ou da cultura em um ambiente de eterna vigilância, de desconfiança, de temor, de delação e de policialesco. A história é fértil em exemplos de como tais ambientes são propícios ao desenvolvimento de histerias coletivas, onde qualquer um pode ser um potencial delatado. Muitos camponeses foram torturados e mulheres queimadas pelo Tribunal da Inquisição, após serem delatados. Muitos homens e mulheres delatados foram torturados e mortos durante a Ditadura Militar por serem considerados subversivos ou inimigos da nação, mesmo sem envolvimento político. e) A educação escolar é um ambiente de identidade, onde os sujeitos se apropriam de sua cultura. A escola não é uma ilha. Na escola estão presentes os temas que permeiam a sociedade. Polêmicos ou não, os temas fazem parte do ambiente escolar, como acontece em qualquer outro. A isso a escola não pode omitir-se, sob pena de estar prevaricando da ética construída nas bases de um estado democrático de direito, da ética republicana. Enfim, com base nessas considerações e deixando de abordar tantas outras, por falta de tempo e espaço, reforçamos a necessidade da imediata revogação da Lei Escola Sem Partido. Voltando à conjuntura nacional, defendemos que a saída para a crise política, econômica e institucional não passa pela restrição à democracia, não passa pelo desmonte do Estado, não passa pela capitulação ao capital financeiro internacional, não passa pela negação da política e da pluralidade de opiniões. O PC do B tem propostas para a saída da crise e está disposto a debatê-las com outras forças políticas e outros setores vitais da sociedade,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

buscando caminhos para a instituição de um novo ciclo de desenvolvimento e progresso social, com democracia e soberania. Está na ordem do dia a formação de uma plataforma que estabeleça indicações para o enfrentamento da crise, que contribua para a renovação dos caminhos para a construção de uma nação soberana, desenvolvida econômica e socialmente, plural e democrática. Por isso, o PC do B faz um chamado para se construir uma convergência de forças em defesa da democracia, do estado democrático de direito e do fortalecimento da política como legítimo instrumento de mediação dos conflitos e diferenças existentes na sociedade. O motivo que inspirou os onze delegados presentes no congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, há 95 anos, e determinou a nossa trajetória de luta por emancipação nacional, pelo desenvolvimento, pelos direitos e o progresso social, continua o mesmo. Os ideais revolucionários contidos na famosa Carta dos Cem, subscrita também por nosso mais valoroso histórico camarada cachoeirense, Guilherme Tavares, cuja idade e luta se igualam à do próprio PC do B, ainda estão ativos em nosso horizonte. O nosso partido é imprescindível, porque não recuamos em situações difíceis; pelo contrário, nos fortalecemos na adversidade para travar o bom combate. Cremos em conquistas inimagináveis e alcançamos vitórias reais nesses 95 anos. Como diria Eduardo Galeano, “a utopia está no horizonte e serve para que não deixemos de caminhar.” Viva o PC do B e seus 95 anos em defesa do socialismo, do Brasil e de sua gente! Peço desculpas pelo meu nervosismo, mas agora percebo como deve ser difícil ser vereador, pois isto aqui nos faz tremer. Estou muito feliz, porque, mesmo com alguns atropelos, consegui chegar ao final do texto. Quero dizer que este texto não foi preparado por mim, e sim por todos do partido, pois nós trabalhamos no coletivo. Muito obrigada! / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Parabênizo o PC do B pelos 95 anos e agradeço a dissertação feita pela oradora. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Alexandre Valdo Maitan:** — Boa-tarde a todos! Recebi um vídeo com uma denúncia, e é bom que o Vander esteja aqui, porque poderei mostrar-lhe e também aos colegas vereadores o conteúdo do mesmo. Eu não sei o que é aquilo mostrado no vídeo, mas fiz menção no meu pedido que seria um canteiro. O projeto arquitetônico da Ponte Fernando de Abreu não está concluído, e não sei o que é aquilo. Só sei o que o vídeo mostra e gostaria que o prefeito adotasse medidas simples para solucionar aquele pequeno problema. / A seguir, a pedido do Vereador Alexandre Valdo Maitan, foi exibido o vídeo. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Senhores, a moça que denunciou sugeriu que fosse feito um buraquinho no fundo do canteiro para escoar a água, porém, o problema do lixo vai continuar. Então, peço ao ilustre articulador que providências sejam tomadas. Acho que aquilo é um canteiro e sugiro que sejam colocadas plantas lá ou areia. Eu queria fazer um pedido de informação sobre a conclusão daquela obra, mas, salvo engano, acredito que outro vereador já o tenha feito. Gostaria de saber por que aquela obra não foi concluída. Vou procurar me informar e, se nenhum colega fez esse pedido, eu o farei na próxima sessão. / **Aparteando Higner Mansur:** — Como vereador, estou trabalhando estritamente dentro da lei, pois devemos cumpri-la. Procuro usar o meu tempo de cinco ou dez minutos para falar. Se eu protocolo um requerimento atrasado, fico quieto, como ocorreu na semana passada. Eu ia protocolar um pedido ontem sobre isso, mas não deu tempo, porque aquilo lá é um desastre. Foi muito bom V. Ex.^a ter trazido aqui esse vídeo, mostrando que a servidora pública e ninguém sabem o que é aquilo. O local está sendo detonado, e acredito que metade do mármore e do granito já foi estragada. O requerimento que eu iria apresentar hoje pede que o ilustre prefeito informe se há alguma providência tomada ou a tomar sobre os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

aspectos legais da moralidade pública quanto às obras da ponte municipal, executadas pela administração passada e até hoje sem inauguração, além de já estar comprovadamente detonada e deteriorada. A minha justificativa é a de que a situação da ponte tal qual está é mais do que suficiente. Essa situação está sendo objeto de correta, justa e apropriada repulsa dos cidadãos e contribuintes municipais. Podemos fazer um requerimento em conjunto sobre esse problema. Vereador, eu o apoio integralmente e tenho muita honra em reconhecer que V. Ex.^a chegou na minha frente. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Agradeço a V. Ex.^a por ter cedido a sua mesa para a utilização do retroprojetor. Agradeço ainda a colega Renata por ter saído da sua cadeira e a minha assessoria. Utilizei os meus cinco minutos, cumprindo o rigorosamente o Regimento Interno. Muito obrigado! / **Higner Mansur:** — Boa-tarde a todos! Eu apresentei duas indicações na semana passada, mas, em respeito ao nosso Regimento Interno, não reclamei por elas não terem sido lidas naquela sessão, já que entraram depois do horário e não deveriam constar do expediente mesmo. Uma indicação diz respeito ao Plano de Mobilidade de Cachoeiro, que foi produzido em 2015, com 350 páginas, e até hoje não é conhecido pela nossa sociedade. O então vereador Wilson Dille, que tem grande carinho por mim, e isso é recíproco, me entregou um documento sobre mobilidade urbana, só que isso some, e um dia a cidade aparece modificada. Um problema sério é o silêncio dos justos, dos bons. Todo mundo fica quieto, mas, quando acontece algo, reclama; porém, depois que a Inês já é morta. Solicitei que a prefeitura encaminhe 21 exemplares do Plano de Mobilidade Urbana para a Câmara, sendo um para cada vereador, um para o nosso procurador e outro para a nossa biblioteca. Outra indicação pertinente que fiz lembra que, em 30 de outubro de 2016, terminou o prazo para a conclusão da reforma do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, estatuto da cidade que ninguém lê também. Esse documento só é lido quando há interesse; entretanto, não houve interesse em refazer a lei. Isso é sujeito à improbidade administrativa tanto de quem já passou, de quem está presente e também nossa, senhores vereadores, se ficarmos calados. O nosso PDM está desorganizado, com 21 alterações, todas impugnadas, através de embargo de declaração. Todas elas estão afastadas pelo Ministério Público como também pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. O dia em que isso for consolidado será um desastre. O objetivo dessa indicação é que o prefeito comece logo a reforma do Plano Diretor Municipal. Nós, vereadores, precisamos ficar atentos. Se eu tiver que cair em improbidade, que seja por algum motivo justo, mas não como inocente, pois estou avisando desde agora. Muito obrigado! / **Alexandre Andreza Macedo:** — Boa-tarde a todos! Aproveitando a presença do Vander, representante do governo e de muitos alunos, quero dizer que estamos com um problema muito sério com relação ao horário do ônibus utilizado pelo pessoal de Itaoca que faz faculdade. Mudaram o horário de 18:00 para 17:30 horas, e fica inviável para as pessoas que trabalham de 7:00 às 17:00 horas tomarem pelo menos um banho para pegarem esse ônibus. Acho que falta pouca coisa para ajustar isso, basta retornar o horário para 18:00 horas. O último horário também mudou de 22:00 para 22:30 horas, e os secretários de Transporte e de Segurança precisam ter uma melhor visão, pois, com isso, o risco de assalto é muito grande para as pessoas que ficam no ponto de ônibus até tarde. Essa situação precisa ser vista com carinho, e a solução é simples. Sei que o prefeito está em contenção de despesas e numa luta grande para enxugar os gastos, mas não podemos deixar os nossos municípios em risco. O pessoal de Gironda e de Soturno também está com problema com relação ao transporte, pois havia o horário de 22:00 horas exclusivo para a comunidade, e não para os estudantes. Proponho que os poucos alunos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

apresentem a carteira de estudante e sejam isentos do pagamento do valor da passagem. Estamos atravessando uma crise muito grande, mas acho que o prefeito deveria analisar a dificuldade financeira dessas pessoas. Ele deveria chamar um representante desses alunos para uma conversa e tentar resolver a questão. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Ratificando o pedido de V. Ex.^a, solicito que seja feita uma revisão dos horários de ônibus, principalmente de volta para os Distritos de Gironda e Soturno, porque os alunos ficam na faculdade ou nos cursos técnicos até às 22:30 aguardando o coletivo. Inclusive, há um pedido dos estudantes para que sejam olhados de forma diferenciada, já que a passagem é cara, o que dificulta para eles estudarem. Vamos levar isso ao conhecimento do prefeito também. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Não sei se há algum representante das comunidades de Soturno e de Gironda aqui para marcarmos uma conversa com os membros da Comissão de Educação com vistas a tratar desse assunto e, depois, procurarmos o prefeito. Já existe uma reunião marcada? Certo. Então, basta alguém das comunidades se apresentar, pois há uma reunião prevista com o prefeito, e seria interessante essa participação. Senhores, houve a junção de duas pastas e, agora, temos a Secretaria de Interior e Agricultura sob o comando de Valadão. Registro mais uma vez que as estradas do interior, principalmente aquelas nas quais circulam os ônibus escolares, estão um caos. Hoje, fui citado pela Rádio Diocesana, pois uma pessoa de determinada comunidade disse que estou ausente; porém, registro que já fotografei toda a situação. Na próxima vez que eu for até a comunidade, tomarei um café na casa dessa pessoa que me citou na rádio e, assim, ela verá que estou me fazendo presente. Estou presente nas comunidades e fiscalizando tudo. Sei que o prefeito recebeu uma herança pesada da gestão anterior quanto à falta de máquinas, mas sugiro que seja feita a terceirização para que possamos dar uma resposta rápida ao interior, principalmente com relação ao transporte escolar. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Hoje, vamos discutir o projeto para a revogação da lei denominada Escola Sem Partido, e esgotarei todos os argumentos para que isso não ocorra. Como legislador, tenho procurado defender a permanência da lei estabelecida em nosso Município, considerando que ela é importante para a proteção das nossas crianças nas escolas públicas municipais. Gostaria de fazer referência ao que diz a lei a ser votada hoje. Talvez, não tenhamos parado para analisar ponto a ponto dela e tirar as conclusões se é ou não uma legislação imprópria para o nosso Município. Peço que o público presente, os vereadores e o proponente do projeto, que solicita a revogação da lei, prestem atenção para que possamos ver onde está o erro dessa legislação. Quero descobrir onde há erro nessa lei. A Lei 7.136, de 15/01/2015, diz o seguinte: “Fica criado no âmbito do sistema de ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim o Programa Escola Sem Partido, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica criado no âmbito do sistema de ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim o Programa Escola Sem Partido, atendidos os seguintes requisitos: I – neutralidade política; II – pluralismo de ideias no ambiente acadêmico (O projeto não está tirando o pluralismo, e sim exigindo que isso seja feito); III – liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência (Nesse item não vejo nada de ilegal); IV – liberdade de crença (Isso é garantido na Constituição); V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado (Afinal, o aluno não é a parte mais fraca? Temos que reconhecer a vulnerabilidade dele. Não há nada de errado nisso); VI – educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença (O que há de errado aqui?); VII – direitos dos pais a que seus filhos menores não recebam educação moral

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

que venha a conflitar com suas convicções (Isso também é garantido pela Constituição. É direito dos pais dar a educação moral e religiosa aos seus filhos. No artigo 1º não vi nada que pudesse conflitar, seja com a nossa Constituição ou com o direito dos pais, dos alunos e dos professores. Se algum vereador observou algo assim, poderá usar da palavra). Artigo 2º – No exercício de suas funções, o professor: I – não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos com objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo (Não vejo nada de errado nesse item); II – não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas ou da falta delas (Se o aluno pensa diferente do professor, ele não pode ser prejudicado em hipótese alguma); III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas (O professor não pode fazer isso. A Constituição não permite que ele faça); IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, isto é, com a mesma profundidade e serenidade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito (Se o professor tem um entendimento político-partidário de esquerda, ele não pode implementar aquilo que entende que é certo, em detrimento de qualquer outra corrente. Ele tem que ensinar todos os sentidos para que o aluno tire as suas conclusões. Isso é pluralismo de ideias. O professor não pode querer implementar a sua ideia, e o aluno ter, na audiência cativa, que entender e aprender da forma que ele quer ensinar); V – deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais (Também não vejo aqui nada que conflita com nenhum interesse, seja dos professores ou dos alunos. Esse item está dizendo que o professor deverá abster-se de introduzir aquilo que conflita com as convicções religiosas ou morais, porque esse ensinamento é de exclusividade da família, dos pais. Está inserida no contexto da nossa lei brasileira a exclusividade de os pais darem o ensino moral e religioso para os seus filhos. A educação nesse sentido é de competência dos pais).” Acabei a leitura da lei e não vi nada nela que inflija qualquer princípio da constitucionalidade nem do direito. Então, por que teremos que a revogar? Ela é inconstitucional? Em que sentido? Se ela é inconstitucional, peço que me apresentem em que ponto isso ocorre. Essa lei não está conflitando com a nossa legislação maior, que é a Constituição Federal. A lei cria apenas uma rede maior de proteção para que as nossas crianças não fiquem vulneráveis nas escolas públicas municipais. Agradeço a presença da Guarda Municipal aqui, pois este é um ambiente de paz e tranquilidade. Quero agradecer também a atenção de todos. Muito obrigado! / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Por favor, não é permitida a manifestação nesta Casa de Leis. Vamos manter a ordem e o silêncio. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Quem deve manter a ordem neste plenário é a palavra do senhor presidente, e ninguém mais da Mesa Diretora. A palavra está com o presidente. Quem mantém a ordem no plenário é ele. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Vereador, segundo o Regimento Interno, o Pequeno Expediente é para tratar de assuntos lidos na pauta. No Grande Expediente é que se pode discutir projeto. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Solicito ao público presente que não se manifeste. O debate é muito importante, e acho que sairemos daqui melhores do que entramos. Por favor, façam silêncio e ouçam o debate. Vamos ouvir os dois palestrantes, que são os Vereadores Diogo e Delandi. Depois, decidiremos o que será melhor para Cachoeiro. Por favor, sem manifestações. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

ordem: — Senhor presidente, gostei do termo palestrante. Vereador Delandi, isso foi interessante. / **Rodrigo Sandi:** — Boa-tarde a todos! A participação popular é muito importante. A democracia existe, e estou feliz por ver esta Casa cheia. Parabéns a todos! Esta semana, visitei o Bairro Nossa Senhora Aparecida e vi a dificuldade que os moradores de lá enfrentam. Aquela comunidade foi esquecida pelas gestões passadas, pois há muita coisa para se fazer naquele bairro. Fiz um pedido de informação sobre a Avenida Ubaldo Caetano, na qual foi feita toda a drenagem, faltando apenas o asfaltamento. Então, que o Prefeito Victor Coelho, junto com sua equipe da Secretaria de Obras, possa dar atenção àquela comunidade. Também visitei o campo de futebol, inclusive fiz um vídeo que está no facebook. Postei que na minha comunidade, o Bairro Zumbi, há um projeto que tira mais de quinhentas crianças da rua, mas não temos um campo de futebol, enquanto aquele do Bairro Nossa Senhora Aparecida está abandonado e cheio de mato. Portanto, gostaria que o nosso prefeito, o nosso secretário de Limpeza Urbana e todos os outros possam se unir para dar atenção àquela comunidade. Naquele bairro, passei por ruas esburacadas, praça sem brinquedos e cheia de lixo e escadarias inacabadas, sem corrimão nem iluminação. Que o prefeito possa dar a atenção que a comunidade Nossa Senhora Aparecida necessita. As pessoas podem dizer que sou do Bairro Zumbi e estou fazendo pedidos para o Nossa Senhora Aparecida, mas digo que somos vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, e não de bairros. Às vezes, um colega pode ficar com ciúmes do outro, mas repito que fomos eleitos vereadores do Município inteiro. Muito obrigado! / **Edison Valentim Fassarella:** — Boa-tarde a todos! Estou enviando votos de congratulação à Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim, parabenizando-a pelos seus 117 anos de existência. Inclusive, a logomarca daquela entidade foi mudada para “Santa Casa de Misericórdia”, muito bonita e que todos já conhecem. A Santa Casa merece todo o nosso respeito, pois sempre esteve de portas abertas, sendo referência do Sul do Estado em ortopedia e acolhendo a todos os que lá procuram atendimento. Nós, vereadores, estivemos presentes no evento em comemoração ao aniversário daquela instituição, e lá ocorreu uma coisa interessante, pois Venda Nova do Imigrante e Conceição de Castelo receberam mamógrafos, mas, como os dois Municípios não fazem uso desses aparelhos, os prefeitos daquelas cidades os doaram para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. Essa foi uma atitude muito bonita; por isso, parabenizo os dois prefeitos pela atitude! Também enviei votos de congratulação para o Centro Universitário São Camilo de Lélis pela implantação do novo curso, que é o de gastronomia, inédito em Cachoeiro. Estive no centro universitário para conhecer a estrutura do curso e observei que foi feita uma cozinha industrial, na qual o aluno tem o seu fogão e demais equipamentos. Cachoeiro está de parabéns por esse curso, inclusive muitas pessoas o aguardavam aqui. Esse curso é importante para Cachoeiro, pois vai gerar mais movimento em nossa cidade. Muito obrigado! / **Higner Mansur, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, o artigo 69 do Regimento Interno diz o seguinte: “Até o término da leitura do Expediente, os vereadores poderão inscrever-se, em livro próprio, para falarem no Pequeno e no Grande Expedientes. Parágrafo 2º – No horário do Pequeno Expediente, o vereador somente poderá falar sobre a matéria lida pelo secretário; no Grande Expediente poderá falar sobre tema livre; e no Horário das Lideranças os líderes poderão falar, em nome dos respectivos partidos, sobre qualquer matéria.” Vou pedir aos nossos colegas vereadores que respeitem isso, pois, amanhã, quando fizermos uma lei, ficaremos muitos bravos quando ela for desrespeitada. Se não respeitarmos o Regimento, com qual direito reclamaremos? Todos nós sabemos ler e podemos aprender. Eu

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

estou aprendendo muita coisa aqui, inclusive ainda estou atrás de onde está fundamentada a “questão de ordem”, mas chegarei lá. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Boa-tarde a todos! Hoje, o nosso plenário está cheio, bonito e poderia ser sempre assim. Quero ratificar o que o amigo Rodrigo Sandi comentou sobre o Bairro Nossa Senhora Aparecida, pois também estive lá. Pude ver o campo de futebol que é gigantesco, mas que está cheio de mato e parece abandonado há tempos. Solicitei que seja feita a limpeza do campo. Há também uma pracinha, que está sem brinquedos nem nada. Fui convidado pelo Pastor Marcos, morador daquele bairro, para andarmos juntos lá e constatamos todos esses problemas. O Nossa Senhora Aparecida é um bairro grande, carente e sem local de lazer para as crianças. Aliás, o local de lazer existe, mas não recebe cuidados. Geralmente, os prefeitos vão lá, passam uma capinha de asfalto, dizem que está tudo bem e que o bairro já foi atendido. E as crianças que são os futuros formadores de opinião, políticos e professores? Elas não têm um espaço para lazer, um lugar que as tire do caminho errado. Que bom que eu e o Vereador Rodrigo tenhamos ido até aquela comunidade, e da mesma forma outros colegas poderão visitá-la com o intuito de ajudar os moradores. Fui eleito e tive votos em quase todos os bairros da cidade; então, eu também não sou vereador de bairro, e sim do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Acredito que todos os vereadores devem pensar assim, sem ciúmes dos colegas que fazem pedidos para seus bairros. Todos os vereadores são convidados a irem aos Bairros São Francisco, Parque Laranjeiras e Otton Marins; assim, os meus pedidos serão reforçados. / **Aparteando Higner Mansur:** — Quero parabenizar V. Ex.^a, o Vereador Rodrigo e a todos os que atuam dessa forma, porque eu tenho uma incapacidade muito grande de fazer esse trabalho e, se não o fizerem, quem o fará? Estudo as leis e levanto as questões e, se outro colega for ao Bairro Independência, morando lá ou não, ficarei muito feliz de ver sempre essa postura e esses pedidos. Parabenizo a todos, porque, sem vergonha de dizer, fazem o que eu não faço, mas é preciso que alguém faça. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Nós, vereadores, fazemos a parte mais difícil, entregamos tudo mastigado para o secretário e dizemos: o problema está aqui, e a solução é com vocês. Podem ir aos bairros que eu represento, porque somos 19 vereadores, fazendo a representação de 209 mil cidadãos. Muito obrigado! / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Boa-tarde a todos! Fico muito feliz em ver este plenário cheio de estudantes, inclusive o meu filho de 14 anos, o Pedro Henrique, está aqui representando toda a família. Gostaria, com base no que foi dito aqui pelo Vereador Allan, de falar sobre um fato isolado, mas com o objetivo de solicitar aos colegas vereadores que orientem os seus assessores, de maneira a que não ocorra mais o que se deu comigo nesta semana. Fiz uma visita ao Bairro Coronel Borges, a convite da presidente da associação de lá, e dou graças a Deus por estar sendo bem atendido pela prefeitura, pelas Secretarias de Serviços Urbanos e de Agricultura. Nessas andanças, estive na Rua dos Cabritos, no Bairro Alto Independência, e, quando observava um calçamento que foi danificado pelas chuvas e um muro mais adiante, para minha surpresa, deparei-me com um assessor de vereador completamente nervoso, sem camisa e partindo para cima de mim e daquele que me acompanhava. Eu fui acusado de não ter direito de fazer aquela visita e que isso não era correto. Senti-me muito constrangido e nunca passei uma vergonha tão grande na minha vida. Repito que foi um fato isolado, mas peço aos colegas que orientem os seus assessores, inclusive eu sei que o vereador da área tem uma índole muito boa e jamais faria uma coisa daquela. / **Aparteando Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Isso aconteceu também comigo quando pedi uma obra de limpeza dos bueiros do Bairro São Francisco. Lá, fui abordado por

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11

alguém que se julga líder do bairro, o que eu não considero, porque liderança é para o coletivo, e ele só pensa nele. Estava tirando umas fotos, pois todos temos o direito de mostrar o nosso trabalho nas redes sociais, e ele ficou muito nervoso, dizendo que tinha a chave do bairro e que eu era vereador do Parque Laranjeiras, e não do São Francisco. Tive que me segurar para manter a paz; por isso, é preciso ter o entendimento de que nós, vereadores, representamos o Município, e não apenas esse ou aquele bairro onde residimos. Antes de nos eleger, prometemos trabalhar pelo coletivo, e ele não está só no nosso bairro, e sim no Município. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Antes da eleição, visitei um lugarejo chamado Lameirão, localizado depois do Bairro Coronel Borges. Lá, existem aproximadamente umas dez famílias, todas carentes, crianças descalças, sem camisa, andando para lá e para cá, mulheres com micose nos pés e reclamando. Eu nunca imaginei que pudesse ver em Cachoeiro aquilo que vi lá. Então, quero pedir ao Vander que repasse à Secretaria de Saúde, ao CRAS e à Ação Social a solicitação para que seja feita uma visita lá, porque aquelas pessoas estão desassistidas. Muitos disseram que é por culpa da própria comunidade, mas isso não vem ao caso. É preciso dar-lhes a primeira atenção para que melhorem de vida, pois é muito triste vê-los sofrendo daquele jeito. Muito obrigado! / **Sebastião Gomes:** — Boa-tarde a todos! Meus cumprimentos à Dona Canuta, que vai fazer 100 anos, é lá do interior, nossa parceira e promoverá o evento chamado Raiar da Liberdade, no dia 06/05, havendo um convite para experimentarmos a feijoada dela, a melhor do Brasil. Dona Canuta, a senhora sabe o quanto o negro sofreu neste país, com o racismo e o preconceito, e até hoje ainda passa por isso. Senhores, gostaria de falar sobre a reclamação dos comerciantes quanto aos flanelinhas que estão agindo em Cachoeiro. Emprego no Brasil está difícil, e em Cachoeiro a situação não é diferente, mas os flanelinhas estão sendo ousados e, de forma ilegal, fazem cobrança principalmente às mulheres, ameaçando-as. Vander, acho que o rotativo precisa voltar e não sei se é compromisso do prefeito fazer isso. Precisamos cobrar da Agersa uma solução, até porque o Hospital Infantil perdeu muito com o fim do rotativo. As pessoas estacionam o carro de manhã na rua e só o tiram à noite, e não há mais como conseguir vaga de estacionamento no Município. Agora, as mulheres estão sendo até agredidas verbalmente pelos flanelinhas. Vamos fazer um trabalho diferenciado para resolver essa situação, e não sei se isso cabe ao Executivo, ao Legislativo ou à Agersa. Muito obrigado! / **Diogo Pereira Lube:** — Boa-tarde a todos! Foi encaminhado ao presidente da Câmara o Ofício CME-CI/10/2017, do Conselho Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim, e eu gostaria que os senhores prestassem atenção ao que os membros dele falaram sobre o Projeto Escola Sem Partido. Não estou fugindo do previsto ao horário, já que o ofício foi lido hoje pela secretária. “Cumprimentando-o cordialmente, o Conselho Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no uso de suas atribuições, conferida pela Lei de Criação Nº 828/63, que altera a Lei 1.528/72; considerando a Lei 3.934, de 14/06/1994, que dispõe sobre a reestruturação e reorganização do Conselho Municipal de Educação do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências; Artigo 2º – O Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado consultivo e de deliberação política educacional no Município, tem por finalidade participar do planejamento, orientar e disciplinar as atividades do ensino público, exercendo atividades normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras na esfera de sua competência; considerando o Decreto Nº 12.194, de 26/11/1999, que homologou o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, e, especificamente, na esfera de sua competência, Capítulo II, inciso IV – Emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

pedagógica educacional que lhes sejam submetidos pelo Executivo Municipal, pelo secretário Municipal de Educação, bem como por autoridades constituídas, entidades e pessoas interessadas; considerando que em 2015 o Conselho Municipal de Educação tomou ciência da instituição da Lei 7.136, de 15/01/2015, que criou, no âmbito do sistema municipal de Ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim, o Programa Escola Sem Partido, através de sua publicação no Diário Oficial Nº 4.831, de 07/04/2015 (página 09); considerando que o CME/CI acolheu com surpresa a iniciativa do Legislativo Municipal, haja vista que em nenhum momento foi envolvido no debate desse projeto de lei; considerando a 41ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação – Contra o PL 193/2016 (Escola Sem Partido) e em favor da liberdade de ensinar e aprender, expedida em 20/09/2016; considerando a Nota Técnica 01/2016 do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, datada de 21/07/2016, de ordem da Procuradora Federal Deborah Duprat; considerando a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, pela inconstitucionalidade da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas, baseada no Projeto Escola Sem Partido, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.537; considerando que a subjetividade em relação ao conceito do que é ou não ideológico pode resultar em que conhecimentos relevantes deixem de ser trabalhados na sala de aula, prejudicando o desenvolvimento intelectual dos alunos; considerando que a aprovação da Lei 7.136/2015 representa medida de impacto com sérias consequências para o ensino, uma vez que torna vulnerável, na sala de aula, a convivência saudável com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; propõe a revogação da Lei 7.136, de 15/01/2015, que criou, no âmbito do sistema municipal de ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim, o Programa Escola Sem Partido. Atenciosamente, Vânia Mardgan – Presidente do Conselho Municipal de Educação – Decreto Nº 25.602/2015”. Muito obrigado! / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Boa-tarde a todos! Trago aqui dois temas breves. O primeiro diz respeito a uma indicação referente a um problema crônico que há em Cachoeiro. É lógico que a indicação cobre apenas um bairro, mas o problema é da cidade como um todo. Refiro-me à ausência de abrigos nos pontos de ônibus. O colega Allan tem trazido aqui problemas referentes ao transporte coletivo, mas, além disso, há a deficiência de abrigos para que os usuários possam esperar os coletivos, resguardados do sol e da chuva. Por isso, solicitei a construção de quatro desses abrigos no Bairro Ruy Pinto Bandeira. Os mesmos já estavam previstos para serem construídos em 2015, 2016, devido a uma emenda parlamentar proposta por determinada deputada federal, mas o projeto não foi executado pelo último governo. Então, novamente, estamos solicitando que o mesmo seja retomado para que possamos buscar os recursos necessários à construção desses abrigos no referido bairro. O segundo assunto diz respeito à segurança pública, àquele momento que passamos recentemente com a ausência da PM nas ruas, levando-nos a sofrer muito com os saques em nossa cidade. Esta Casa de Leis promoveu aqui uma homenagem à Guarda Municipal pelo trabalho prestado naquele período em que tanto necessitávamos, o qual, aliás, continua sendo prestado, só que não foi valorizada aqui a função de alguns policiais militares, que se encontravam aquartelados pelo processo, mas saíram em determinado momento do quartel e foram para as ruas sem viatura, numa atitude brava e honrosa, executar seu trabalho como PM. Em vários vídeos eles apareceram enfrentando os saqueadores, e, por isso, trago à tona essa questão e apresento aqui a proposta de homenagear esses PM's, lembrando que alguns saíram do quartel e outros de casa, indo para a rua defender os interesses dos comerciantes e de Cachoeiro de Itapemirim. Vamos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13

homenagear esses homens que chegaram a pular o muro do quartel para executar o seu trabalho e nos defender. Uma vez que homenageamos a GM, peço aos colegas apoio para também homenagearmos esses vinte e dois PM's aos quais me referi. Muito obrigado! / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Delandi Pereira Macedo**: — Boa-tarde a todos! Quero deixar claro que o tema que abordei no Pequeno Expediente é o da sessão de hoje. Já estou encaminhando à minha assessoria um pedido para que solicite a ata da reunião do Conselho de Educação que decidiu pela manifestação encaminhada a esta Casa. Quero essa ata com o assunto, a assinatura e obviamente a qualificação de cada membro e representante da sociedade civil. O conselho tem a sua participação, a sua finalidade, mas as leis neste Município são elaboradas e aprovadas pelos vereadores, e essa da Escola Sem Partido é o tema que me traz aqui. Trata-se da defesa de um assunto de extrema importância, porque precisamos criar uma rede de proteção, de maneira a evitar que as nossas crianças fiquem vulneráveis quando estão fora de seu ambiente familiar. Os pais têm uma responsabilidade enorme de ensinar seus filhos em casa, mas, quando eles estão nas ruas, a vulnerabilidade é grande, pois estamos vivendo uma época onde há muitas mudanças, o conceito de moral é amplo, mas aquele que é estabelecido por uma família precisa ser obedecido. O que para mim é moral, para outro pode ser imoral, mas sabemos dos princípios que regem as famílias, as nossas crianças e o comportamento humano na sociedade em que vivemos. Faça essa defesa com muita tranquilidade. Como alguns colegas disseram que em meus discursos costumo ser mais inflamado, registro que isso é natural em mim, já que sou radialista. Aqui estou tentando ser muito célere no que tange ao meu discurso para ser bem entendido. Não estou fazendo a defesa de coisas pessoais nem de uma categoria específica, e sim do que a população de Cachoeiro, em sua maioria, entende que deve ser feito. Não posso entender, meus amigos e amigas, que a liberdade de expressão que é dada a todo mundo seja usada como se eu tivesse o direito de sair por aí desrespeitando o direito dos outros. A liberdade dos professores em sala de aula é para ensinar naquele momento, no espaço público de ensinamento, conforme os planos estabelecidos na educação, aprovados em níveis federal, estadual e municipal. Assusta-me muito o que vem acontecendo pelo Brasil afora, inclusive selecionei alguns itens. Eu posso falar aqui sobre os direitos dos pais e o que compete ao Estado. Ao Estado cabe o ensino do conhecimento científico e temático, ao passo que aos pais compete o ensino da educação política, moral e ideológica dos filhos. O Estado não pode roubar aquilo que pertence à família. É preciso aprender as regras uns dos outros. Cabe ao Estado a formação desse conhecimento científico e temático, conforme está estabelecido nos planos do MEC, mas há casos onde professores estão deixando de dar aula para exaltar o Lula e o PT em milhares de escolas do Brasil. O espaço da escola não pode ser usado para fazer isso. Não estou dizendo que isso acontece em Cachoeiro, e sim pelo Brasil afora. O MEC não desiste, pois livros para crianças estão vindo com ideologia de gênero. Estão me perguntando se sou contra o ensinamento de gênero, e a resposta é não. Eu sou contra a ideologia de gênero, que é a crença segunda a qual os sexos masculino e feminino são considerados construções culturais e sociais. Segundo essa ideologia, os chamados papéis de gênero, que inclui a maternidade pela mulher decorrente da diferença de sexo, são indevidamente construídos e, por isso, não existem, ou seja, são também construções culturais e sociais. Pela ideologia de gênero, não existem apenas mulher e homem, e sim outros gêneros, que podem ser escolhidos por qualquer pessoa, até mesmo simultaneamente. É óbvio que as nossas crianças e adolescentes

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

escolherão o que bem entenderem, mas não se pode ensinar em sala de aula que a criança decidirá o que será quando crescer. Poupem-me! É esse o ensinamento da ideologia de gênero. Precisamos ter o respeito ao gênero em sala de aula, na sociedade. Vamos respeitar quem quer ser homem, mulher, heterossexual, bissexual e polígamo, inclusive já há lei tramitando no Congresso Nacional que permite o casamento de homens com animais. Daqui a pouco, vamos ter que aprender a conviver com isso também, porque já existe lei tramitando nesse sentido. Precisamos ensinar as boas práticas as nossas crianças em casa e nas escolas também; porém, sem doutrinação. O professor não pode fazer doutrinação em sala de aula. Há livros satanistas para crianças, como é a “Máquina de Brincar”. Não sei qual foi o motivo da graça e gostaria de rir com os senhores. Será que o que estou dizendo não é uma realidade do nosso dia a dia? Será que não é realidade levar um livro satanista e ensinar essa prática as nossas crianças em sala de aula? É como se eu, como pastor pentecostal, fosse para uma sala de aula fazer proselitismo religioso. Eu estaria errado. O Ministério Público Federal está acusando o PSOL de abrir núcleo do partido no Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Não se pode fazer proselitismo político dentro de sala de aula. Daqui a pouco, vamos parar onde? Programação para passeata e manifestação, usando a sala de aula para fazer política e vencer uma eleição? Fazer campanha política dentro de sala de aula é possível? Posso concordar com uma situação dessas? É a manutenção do controle dentro das nossas salas de aula. “Deputado denuncia kit do MEC que ensina rituais e sacrifícios de animais em escola”. São muitas coisas que vêm acontecendo por aí e nós, de forma preventiva, estamos buscando manter a tranquilidade nas salas de aula. Assim, os pais se sentirão seguros ao mandar seus filhos para a escola certos de que o material que está sendo usado lá está estabelecido dentro do controle do direito da família e do Estado. Eu já li a lei e não vi nela nenhum item que venha a ferir qualquer princípio do direito em nossas escolas. Vamos votar, colegas vereadores, para revogar uma lei que não fere em nada, e sim dá uma proteção para as nossas crianças no âmbito escolar? É papel nosso decidir, como legisladores, como homens que estamos aqui, sendo a voz e o voto do povo e da maioria. Considero que a minoria também tem seus direitos, mas não pode se sobrepor, e precisamos ter essa tranquilidade para cuidar do ambiente escolar. As crianças das escolas públicas e privadas que estudaram com os livros de 2016 do MEC para a primeira fase do ensino fundamental serão informadas sobre arranjos familiares de gays, lésbicas, com a adoção de filhos, tomaram conhecimento de bigamia, poligamia, bissexualismo, transexualíssimo e aprenderam a observar melhor os próprios corpos e dos outros, através de exercícios em sala de aula. Existe um guia de professor que dá orientação em sala de aula para que as crianças não sejam impedidas de se conhecerem lá. Por esse conceito, se pegarem alunos de 04 anos se tocando uns nos outros e houver algum exagero, os professores não podem impedir, porque esse é um conhecimento que as crianças devem ter na mais tenra idade. Vamos providenciar um ambiente seguro para as nossas crianças ou vamos deixar as coisas andarem de qualquer maneira, esperando no que vai dar? Qual será o comportamento dos nossos filhos? Que ambiente eles terão para viver e conviver? Obviamente que neste plenário, com um ambiente seletivo e bonito, há aqueles que são contra e a favor da minha ideia ou da do Vereador Diogo. Eu não estou defendendo essa causa para aparecer, não, e sim porque ela é o desejo de boa parte da nossa população, que entende ser necessário preservar os valores morais e éticos da família, conforme está estabelecido na Constituição, no direito dos pais e da educação em nossas famílias. Não podemos achar que está tudo normal e que a televisão apresenta o que quer, porque, se for assim, daqui a pouco,

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

qual será o futuro dos nossos filhos? Vamos entregá-los para serem ensinados de qualquer maneira? Há professores maravilhosos em nossa rede. Eu fui até indagado se algo assim aconteceu nas escolas públicas de Cachoeiro e, graças a Deus, não tenho esse conhecimento. Se eu tivesse esse conhecimento, estaria buscando as penas necessárias e interferindo para que isso não mais ocorresse. Estou fazendo uma defesa para evitar que o mal aconteça daqui a pouco. Sei que os nossos professores da rede municipal são comprometidos, mas, infelizmente, em todos os setores da sociedade há os aproveitadores, e essa rede de proteção que estamos criando é porque não podemos abrir brechas; do contrário, eles entrarão por ela, e teremos um prejuízo enorme. Precisamos trabalhar para que os nossos alunos tenham a garantia de uma escola que lhes dê o respeito e que respeite também a educação proveniente dos pais, da família, e não trabalhem em detrimento dela. Muito obrigado! / **Higner Mansur:** — Boa-tarde a todos! Por coincidência, duas pessoas me perguntaram pelo Facebook como eu votarei, sendo uma a favor da Escola Sem Partido e outra contra. Infelizmente, o Facebook virou uma guerrilha verbal. Dou os parabéns a quem está contra isso ou contra aquilo; a favor disso ou daquilo, porque aqui é o lugar efetivo para discutir isso. A minha resposta para um e para outro foi a seguinte: “cada um no seu quadrado, a minha posição já está tomada e é firme. Como o Facebook está repleto de guerras quanto à análise desse assunto da tal Escola Sem Partido, não me manifestarei aqui sobre esse ou qualquer outro tema em que a emoção supere a razão”. Estou me referindo ao exercício do mandato e quero lembrar que todo o excesso para um lado ou para outro conduz, no caso da igreja, à inquisição, e não sei se isso já aconteceu alguma vez nas protestantes; na política, ao extermínio do adversário, como o nazismo e o comunismo. Espero que, quando tivermos um resultado quanto a isso na votação, saibamos respeitá-lo. Alguns acham que é falta de modéstia, mas, quando entrei no Banco do Brasil, passei em primeiro lugar no Estado e, depois, fui ser advogado desse banco, por uns quinze, dezesseis anos, e me achava o máximo. De início, fiz algumas contestações que eu achava maravilhosas. Dois, três, quatro anos depois, peguei um processo que um colega, que eu não sabia quem era, havia feito uma defesa; aí, pensei: “que pateta é esse colega que escreveu tanta besteira e bobagens assim”, mas, ao chegar ao fim da leitura, vi que era eu quem havia assinado. Então, aprendi que voltar atrás é preciso. Em 02/05/2015, fiz a defesa dessa lei, publicada em jornal e não posso esconder isso nem fingir que não a escrevi. Em conversa com o meu amigo Amaral, o meu coração funcionou mais do que a razão naquele momento. Eu já falei sobre essa lei e até o final prosseguirei assim, discordando, se for o caso, numa outra colocação. Não faço mais essa defesa e, como é um documento meu, vou rasgar, porque não há nada de questão moral, já que somos legisladores. Podemos defender sim a moral, mas tenho uma vasta biblioteca da qual uma parte já doei para esta Casa, e, falando como advogado, no direito, aprendi que dos livros da minha estante os que ficam são de autores bons; outros, jogo fora. Passei em 66º lugar na primeira turma da faculdade de direito de Cachoeiro de Itapemirim, mas é a minha prática de 50 anos de leitura, e não de advocacia, quem diz que permanece na minha estante aquele livro de autor bom. O primeiro que lá está é de Carlos Maximiliano, e data de quase um século, tendo sido escrito em 1924. Dos atuais, há um tal Sr. Ministro Roberto Barroso, que não tem muitos livros, mas todos os que escreveu estão na minha estante. Em 21/03/2017, como ministro do Supremo Tribunal Federal, em 29 páginas, ele detonou esse projeto quando apresentado em Alagoas. Ele não entrou no mérito, porque é advogado, e eu não vou dizer se tem direito ou não, porque esse não é o momento de citar quem está ou não com a razão. Quando se grita muito, começo a achar que ninguém tem

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

razão. Em 69 anos de idade, sendo o mais velho daqui, não rasguei papel quanto a isso, não. Não tive vergonha de rasgar o meu, mas esse do ministro não rasgarei e estou falando de lei. O ministro está dizendo que há vícios formais nesse projeto de Alagoas que é semelhante ao de Cachoeiro. É violação da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes básicas da educação nacional, Constituição Federal, artigo 22, item 24. A liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema, Constituição Federal, artigo 206, 2 e 3. Afronta à lei de diretrizes e bases da educação nacional, usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema, Constituição Federal, artigo 24, 9, parágrafo 1º. Não vou me aprofundar mais no tema, mas darei uma sugestão, pois, há 24 anos, entrei nesta Casa e fui vereador ao lado do atual Senador Magno Malta, o qual muito me ajudou naqueles 04 anos, pois éramos da mesma comissão. Eu era relator e nunca, em voto nenhum, ele foi contra mim. Naquela época, não fui da Comissão da Constituição, Justiça e Redação, porque eles não deixaram, visto que sou chato; hoje, dou graças a Deus, pois, mesmo sabendo disso, os senhores me permitiram estar nela. Parece que o senador tem esse projeto e deve apresentá-lo lá e fazer a sua defesa naquela Casa para que a lei seja respeitada. Ora, quando fizer no aspecto nacional, e a Câmara e o Senado entenderem que está certo, assim estará, mas aqui está errado. Nesta Casa, falamos de tudo, até disso, mas nos esquecemos do IPACI, com seus 3 milhões de reais rendendo zero, e ficamos discutindo lá em Brasília a crise da previdência. Estamos nos esquecendo do nosso PDM, que há 06 meses não se renova, da acessibilidade, do empreendedorismo local, do turismo e do agronegócio, que são coisas que nos trarão riquezas para discutir assuntos que não são de nossa competência. Na rua, no palanque, que seja feita essa discussão; aqui, desculpem-me, todas as vezes que fazem isso estão arrevesando e desrespeitando a instituição. Respeito cada um que deu a sua opinião, mas não poderia deixar de dizer isso. Muito obrigado! / **Brás Zagotto**: — Boa-tarde a todos! Foi dito pelos Vereadores Paulo e Allan sobre suas andanças pelos bairros, e informo que, a partir de amanhã, os membros da Comissão de Obras, da qual sou presidente, estarão no Bairro Vila Rica, iniciando as visitas às obras do Município. Essa obra a qual o Paulinho se referiu, no Bairro Nossa Senhora Aparecida, é de um convênio desde o governo de Renato Casagrande. O Governador Paulo Hartung disse que a faria em seus primeiros dois anos de governo, mas não a fez, e o Casteglione, no final de seu mandato, tomou as rédeas da situação, cancelou umas obras com o Governo do Estado e a outras deu prosseguimento com recursos dos royalties do petróleo. Inclusive essa do Bairro Vila Rica será retomada, e só está faltando o processo de prazo que está na procuradoria, aguardando o parecer da Dra. Ângela. Aquelas manilhas que estão na Vila Rica são de uma obra que já está começada. Creio que serão retomadas as obras dos Bairros Vila Rica e Nossa Senhora Aparecida. Cachoeiro tem esse problema de chuvas e das macrodrenagens que precisam ser feitas, e os lugares afetados são os mesmos. Na Vila Rica, boa parte dessa obra já foi feita no governo de Valadão, partindo da Igreja Deus é Amor até o CIE, e esse projeto vai do CIE até o Clube do Tiro. Aquelas manilhas de um metro e meio já são da parte do governo de Casteglione, que irá até a Rua Fernando De More. A televisão só vai a esses locais para malhar, e aquela menina faz até chover onde não chove. Ela malha vereadores e prefeito, e não é isso o que queremos. O nosso desejo é que, se fez, diga que foi feito; se não fez, também diga e aponte quando há encaminhamento para a obra ser realizada. Há o projeto da Creche Olga Dias, no Bairro Coronel Borges, que está parada há 03 ou 04 anos. A obra estava a princípio em 5 milhões e poucos e, na licitação, caiu para 4 milhões. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

Nascimento: — Inclua na sua visita a obra da supercreche do Bairro Village. / **Brás Zagotto:** — Falarei dela aqui também. Os alunos da Creche Olga Dias estão estudando numa casa alugada há muito tempo. Essa obra citada pela Vereadora Renata já foi licitada e há um convênio da Caixa Econômica com o Governo Federal, cujos recursos não estão saindo e, por isso, está paralisada. Vamos perguntar ao secretário o que está acontecendo. Também iremos ao bairro do Vereador Sebastião Gomes ver a questão daquela obra da vila olímpica, que está agarrada até hoje. Eu já solicitei ajuda ao Deputado Manato, que é do meu partido, e lhe entreguei o número do processo de 805 mil reais referentes a uma medição que está agarrada para ver se ele libera essa verba, e a obra da vila olímpica tenha continuidade. / **Aparteando Sebastião Gomes:** — Há um asfalto novo no Bairro São Luiz Gonzaga que já está todo danificado. Vamos visitá-lo amanhã. Conversaremos com o empreiteiro, pois a verba é dos royalties do petróleo ainda. / **Brás Zagotto:** — Sim, vamos fiscalizar, porque estamos aqui para isso. São demandas muito grandes, e vamos atrás delas. Companheiros Paulinho e Allan, os senhores foram aos bairros, e os assessores se contrariaram com isso, mas eu, que sou da região da Vila Rica, Ilha da Luz e Valão, coloco essas áreas à disposição dos colegas. Podem fazer as reivindicações necessárias, porque não existe essa coisa de vereador de bairro, e sim do Município. Há coisas que estou pedindo para a minha comunidade e não consigo, e pode ser que o prefeito atenda aos senhores melhor do que a mim. Ontem, andei com o Paulo Miranda e o Subsecretário de Limpeza Pública, o Flávio Coelho. Cachoeiro é cercado de morros, e essa enchente do último final de semana levou, como sempre, lama para todos os lados, deixando a cidade imunda. Cachoeiro é uma das cidades mais sujas do Brasil. Quando vamos a Venda Nova, observamos que é uma cidade pequena, com um lindo paisagismo, algo que não encontramos em Cachoeiro; por isso, estou protocolando uma indicação para que retorne com o setor de parques e jardins do Município, porque é preciso fazer aquele canteiro da Viação Itapemirim todo bonito, plantado, coisa com um custo baixo. Naquele trevo do Village, é mato puro, assim como o de Castelo para cá, ou seja, todas as entradas desta cidade são feias. Esse departamento exige poucos homens, e era só um funcionário fazendo a plantação de mudas naquele local fresco e adequado do Bairro São Geraldo. / **Aparteando Rodrigo Sandi:** — Gostei muito da fala de V. Ex.^a, pegando um gancho naquilo que eu disse sobre o vereador não ser de bairro, e sim do Município de Cachoeiro de Itapemirim e distritos. Eu, em nome do Vereador Ely Escarpini, quero convidar a comitiva desta Câmara para que caminhe conosco pelo Bairro Zumbi para levarmos até lá a atenção do Município. Digo isso, porque o Bairro Zumbi é o de maior população de Cachoeiro, e estamos aqui solicitando o apoio de todos os vereadores. / **Brás Zagotto:** — Muito bem. O senhor mora em um bairro que é maior do que muitas cidades do Estado do Espírito Santo. Lá é uma cidade, e são 14 mil votos. Se os senhores trabalharem direitinho, não perdem mais eleição. / **Aparteando Edison Valentim Fassarella:** — Estive em um Município perto de Belo Horizonte, com 850 moradores, 09 vereadores e 01 prefeito. / **Brás Zagotto:** — O Bairro Zumbi tem 14 mil eleitores e 29 mil habitantes. / **Aparteando Edison Valentim Fassarella:** — Eu não imagino um Município com 850 habitantes, e isso é um absurdo muito grande. / **Brás Zagotto:** — O Victor pegou a cidade em uma situação não muito adequada, e o serviço de limpeza é grande. Eu já fui secretário de Limpeza Urbana e sei que o trabalho é muito grande ao ponto de a minha esposa achar que eu morava mais na rua do que em casa. Trabalhava de segunda a segunda, e o serviço não acabava. Você capina, uma semana depois chove, o mato fica grande de novo, e o povo continua jogando muito entulho na rua. A nossa Comissão de Obras precisa

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18

lutar para que Cachoeiro tenha um bota-fora, que é o local adequado para colocar entulho de obras. No mandato passado, sugerimos para isso uma área no Bairro Coramara, em parceria, faltando a Secretaria de Meio Ambiente documentar. Há um buraco lá que, passando a administração do Victor e mais outras 04, não se conseguirá enchê-lo. Hoje, quem quebra uma parede acaba tendo que pagar 180 reais por uma caçamba, e o dono da caçamba ainda paga 50 no terreno. / **Aparteando Elio Carlos Silva de Miranda:** — V. Ex.^a trouxe muito bem esse assunto e, pensando no que foi dito, estarei, amanhã, com membros da FAMMOPOCI, quando será apresentada uma comissão criada pelo governo do Victor, envolvendo as Secretarias de Meio Ambiente, Serviços, Obras e outras, exatamente para tratar de resíduos de obras, resíduos sólidos, plásticos e outros. Na parte da manhã será apresentado um projeto para essa comissão e, à tarde, para o prefeito. Se houver interesse, traremos uma solução importante para o nosso Município. / **Brás Zagotto:** — O depósito hoje é feito em São Joaquim, e eu sugiro esse outro local que é próximo do Bairro Coramara. Se a prefeitura, por exemplo, estiver fazendo a limpeza do Bairro União, vem com sua pá carregadeira, retira um caminhão de lixo da capina e passa pelo centro da cidade até despejar em São Joaquim. Assim, gasta, nesse trânsito, duas horas para ir e duas para voltar; isso, dando uma ou duas viagens por dia, sem contar o gasto de pneus e combustível. Por isso, será bom arrumarmos um local adequado e perto para atender à população com um custo menor e liberar, não para que se seja jogado lixo, só entulho. Será preciso colocar um servidor da prefeitura lá, com aquele tratorzinho T-6 para empurrar o entulho e não deixar ocupar muito espaço. Se houver lixo, separa na caçamba e encaminha para São Joaquim. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — V. Ex.^a está coberto de razão, e quero dar um exemplo para ajudar o seu discurso. Quando fui secretário de Meio Ambiente em Cachoeiro, consegui legalizar duas áreas, sendo uma perto do Bairro União e outra próxima à FDCI, o que facilitava essa logística sobre a qual V. Ex.^a está falando. Fica de fato complicado para a prefeitura atravessar a cidade toda quando faz essas limpezas necessárias. / **Brás Zagotto:** — A pessoa que doar a área quer que a prefeitura não cobre para licenciar o local, que deve ficar entre 1 mil e 200 reais, 1 mil 500 reais. O dono do terreno não está pedindo nada de mais. Acredito que haverá um consenso, e teremos um lugar para depositar entulhos em Cachoeiro. Na época em que eu era secretário de Interior, tirei 170 viagens de entulho daquela estrada que vai para a fábrica de cimento, depois do Bairro Village, porque o povo não tem onde jogar esse material. A diretora do Asilo Adelson Rabelo, a Olga Darós, me pedia para tirar o entulho, inclusive lá era jogado de tudo: lixo, animal morto, entre outras coisas. Eu tirava o lixo em um dia; no outro, havia mais dez, quinze viagens de entulho para retirar. Vamos fazer um trabalho bacana com relação a esse bota-fora, visitando as obras. Amanhã, às 15:00 horas, no Bairro Vila Rica, nós, da Comissão de Obras, o secretário e o subsecretário dessa pasta estaremos no CIE junto com o empreiteiro que fará aquele serviço. Os vereadores que quiserem poderão me acompanhar, pois não tenho ciúme. / **Aparteando Sílvio Coelho Neto:** — Pena que eu não posso ter ciúme como V. Ex.^a, porque Conduru está abandonado há 08 anos e não há nenhuma obra lá para ser visitada. Eu gostaria de ter ciúme. / **Brás Zagotto:** — Na verdade, vamos começar pela Vila Rica, mas serão visitadas as obras em todo o Município de Cachoeiro. / **Aparteando Sílvio Coelho Neto:** — Repito que em Conduru estamos abandonados há 08 anos. / **Brás Zagotto:** — Muito obrigado! / **Rodrigo Sandi:** — Boa-tarde a todos! Estou aprendendo muito com os Vereadores Diogo e Delandi com esse debate de qualidade sobre o Projeto Escola Sem Partido. Isso mostra que os vereadores não estão nesta Casa de Leis só para fazer projetos que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19

denominam ruas. Parabéns pelos debates! Vereador Brás, estive na Vila Rica a convite da comunidade, visitando as Ruas Carolina Perim e Rita Rafael, que ficam na parte mais alta daquele bairro. Aquelas ruas estão intransitáveis. Assim, fiz uma indicação para ajudar V. Ex.^a quanto às referidas ruas, e não precisa ficar com ciúme, não. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Eu sempre cobrei da administração passada e agora cobrarei do Prefeito Victor também. V. Ex.^a está coberto de razão. A Vila Rica é um bairro centralizado que cresceu muito, depois que eu e o atual Senador Ricardo Ferrazo conseguimos o projeto para fazer o reservatório de água no Alto Vila Rica. Onde há água, o povo começa a construir. Aquele loteamento não tinha nenhum planejamento e, com a água, o pessoal começou a comprar terrenos lá; hoje, o Alto Vila Rica virou uma cidade, um lugar bom de morar, mas ainda falta infraestrutura. No final do governo de Casteglione, fizemos o asfalto de uma parte da Rua Rita Rafael de Freitas. Com pouca coisa dá para resolver o problema daquele povo, pois lá as ruas são curtas. Durante o mandato de Casteglione, cobrei muito sobre a situação lá e, agora, cobrarei do Prefeito Victor para levarmos benefícios para aquela comunidade. / **Rodrigo Sandi:** — Há um pouco mais de um mês, visitei a APAE, e a diretora daquela entidade pediu que alguns coqueiros do pátio fossem cortados. Fiz esse pedido, através do meu gabinete, fui atendido e, por isso, quero agradecer ao Secretário Paulo Miranda. Não sei se o articulador ainda se encontra na Casa, mas há uma situação muito precária no Bairro Santo Antônio em relação à galeria que corre lá a céu aberto e traz vários transtornos para os moradores, como mau cheiro e insetos. Então, gostaria de pedir ao prefeito, à secretaria responsável por esse assunto e à Odebrecht que deem atenção àquela comunidade. Todos sabem que aquela galeria está em situação precária há muito tempo. Agradeço por ser vereador ao lado do advogado e amigo Dr. Higner, com quem tenho aprendido muito e de quem sou um fã. Somos a mudança, e o futuro está em boas mãos. Muito obrigado! / **Alexon Soares Cipriano:** — Boa-tarde a todos! As pessoas podem dizer que eu tenho alguma coisa contra o governador, mas está no jornal de hoje a seguinte manchete: “Governo libera 14 milhões para a compra de viaturas.” Falta dinheiro para dar aumento aos policiais, que recebem tiro na cara para defender a população, mas há para comprar carro novo para a polícia. Aí, pergunto: será que o carro anda sozinho na rua, mesmo com o tanque cheio de gasolina? O governador do Estado está brincando com coisa séria, e não é só na área de segurança pública. Eu disse nesta tribuna que existem pessoas em Cachoeiro esperando por pequenas cirurgias há 04 anos. Para fazer tomografia ou ressonância, a espera chega a 90, 100 dias ou mais. Em Cachoeiro, visitei uma escola onde as crianças estudam em salas feitas de PVC, passando um calor infernal, inclusive elas não conseguem nem prestar atenção na aula, assim como é muito difícil também para os professores. Isso parece piada. Nos próximos dias, citarei o nome da escola sobre a qual estou falando. O Sul do Espírito Santo tem sido deixado de lado nos últimos anos. O governador ainda vem dizer que vai comprar viaturas para as Polícias Militar e Civil, mas o aumento que é bom ou a revisão salarial para os policiais não ocorre. Se não é possível conceder aumento salarial este ano, o governador poderia pelo menos abrir o diálogo com a polícia para colocar isso no orçamento do próximo. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — V. Ex.^a pode acrescentar que ele não tem dinheiro para construir a sede da delegacia, onde estaria alocado todo o complexo de identificação. / **Alexon Soares Cipriano:** — Obrigado, vereadora! Em sessões passadas, eu já comentei sobre a minha opinião referente à Casa do Cidadão. Também falei sobre isso no gabinete do prefeito, quando estavam presentes três delegados, inclusive eles não gostaram muito da minha posição. A Superintendência de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

Polícia Técnica Científica é de responsabilidade do Governo do Estado. Segundo informações da própria administração, a prefeitura cede pessoal para diversos órgãos, como o Tribunal Regional do Trabalho, o Poder Judiciário, outras prefeituras, o Governo do Espírito Santo e até a outros Estados. De acordo com o nosso prefeito, o custo com o salário desse pessoal para os cofres públicos chega anualmente a 1 milhão de reais. São pessoas concursadas da Prefeitura de Cachoeiro que prestam serviços em outros órgãos. São serviços que deixam de ser prestados para os nossos munícipes, porque o funcionário não está em um órgão de Cachoeiro, e sim em outras prefeituras e em governos de outros Estados. Senhores, ontem, fiz duas visitas, depois do término da sessão solene desta Casa. Estive na Praça Benjamim Silva, no Bairro Independência, que se encontra em estado lastimável. No ano passado, alguns moradores procuraram a secretaria, na qual estou lotado como servidor efetivo, para solicitar a interdição daquela praça por oferecer risco às pessoas, porque há muita coisa quebrada lá, além da enorme quantidade de lixo. Lá, também existem muitas lâmpadas queimadas, oferecendo risco aos alunos do turno da noite da Multivix e de outros educandários próximos. Aquela praça está abandonada. Hoje, visitei toda a região do Bairro Basileia por onde passa a galeria. Sempre tenho dito aqui e continuarei batendo nessa tecla até que consigamos pelo menos um caminho, já que não há solução rápida para o problema de macrodrenagem que a nossa cidade precisa construir. Naquele bairro, vários moradores construíram muros em cima da galeria. Infelizmente, o grande problema não são esses muros, e sim a água vinda do Loteamento Verana, que foi jogada em uma galeria com mais de 30 anos no Bairro Basileia, além da sujeira existente nela. Toda vez que chove forte ocorrem problemas naquele bairro, inclusive vi vários pedreiros refazendo muros das casas que foram quebrados naquele trecho. Espero que não tenhamos que passar 04 anos aqui falando sobre isso, que não é responsabilidade simplesmente do prefeito, porque são obras caríssimas que dependem de um grande projeto técnico para a cidade. São obras que alcançam a cifra de milhões, mas, se for colocado na ponta do lápis tudo aquilo que é recuperado toda vez que chove, já teria dado para resolver o problema. Esse é o mesmo problema que ocorre na Rua Etelvina Vivácqua. Toda a água da Linha Vermelha foi captada e jogada dentro da galeria que já existia e que passa pelo Bairro Nova Brasília. Precisamos reunir os nossos técnicos, fazer os levantamentos pluviométricos, realizar os projetos e ver o custo dessas obras para que possamos captar recursos junto aos bancos nacionais de financiamento, através de emendas parlamentares, da secretaria de Estado ou de ministérios, porque a nossa cidade não pode continuar gastando toda vez que chove para repor os prejuízos. Quero corroborar com as palavras do Vereador Higner quanto à necessidade de começarmos urgentemente a discussão sobre o nosso PDM. Também precisamos rever, com urgência, o nosso Código de Posturas, que foi atualizado em 2015, mas parece uma colcha de retalhos e, infelizmente, está causando muitos problemas. A cidade precisa de legislação viável do ponto de vista jurídico e também financeiro para que ela se desenvolva. Ninguém aguenta mais andar pelas calçadas e tropeçar em ressaltos, em uma barraca mal colocada ou em um produto de uma loja. As pessoas não suportam mais chegar a um prédio público que não tem uma calçada cidadã ou um elevador, a exemplo daquele do antigo SESC. / **Rodrigo Sandi, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, posso ceder o meu tempo de liderança para o Vereador Alexon. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Pedido acatado. / **Alexon Soares Cipriano:** — Obrigado, Vereador Rodrigo! Como uma pessoa de licença, devido a algum problema de saúde, irá até a sala do servidor pelas escadas, usando uma cadeira de rodas ou muletas? Isso parece piada. O

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

nosso centro municipal de saúde é muito antigo e não possui rampa; pergunto: como um idoso com dificuldade de locomoção subirá a escada para ser consultado no segundo pavimento? O CRE também é um prédio antigo, mas lá foi feita uma rampa. Se Deus quiser, em breve, acredito que conseguiremos avançar nessa questão. Em minha opinião, todas as obras públicas devem ser licenciadas pelas normas brasileiras, pelo nosso PDM e por todas as leis que regem as construções no Brasil, no Estado e no Município para, depois, serem licitadas. Comentei que visitei uma creche onde há um corredor que é mais estreito do que o espaço entre as mesas dos vereadores aqui no plenário. Imaginem um cadeirante passando por lá. Não há como ele passar. Esse tipo de coisa não pode acontecer. Há áreas públicas sem estrutura, só com um decreto de mil novecentos e lá vai fumaça, pronto e acabou. Outra coisa que consta do Código de Posturas, Lei 7.227, e acho que o Município deve se corrigir e fazer o seu dever de casa, é que todos os proprietários de imóveis na cidade devem manter, se for terreno, murado, cercado e com o passeio limpo. Posso levar os senhores a vários bairros da cidade que constatarão terrenos com colônias à altura deste plenário e áreas públicas sem uma placa indicando: “patrimônio municipal; em caso de invasão, denuncie”. Esse não é um erro desta administração, e sim de vários anos que precisa ser corrigido, só não podemos ficar aqui falando sem que as coisas aconteçam. O terreno público é patrimônio nosso, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, e, de repente, acaba acontecendo o que se viu no Bairro Coramara, onde uma área pública, que em parte funciona uma escola do Estado, tem a sua sobra utilizada por uma senhora de idade que lá construiu sua casinha. Um juiz, desrespeitando o artigo 183 da Constituição, por falta de manifestação do Município, deu usucapião de uma área registrada em nome da prefeitura. Consta da Constituição que o Estado é obrigado a garantir moradia digna para aqueles que não têm condições; por isso, não estou dizendo que a senhora não tenha direito a casa, e sim lamentando que isso tenha ocorrido por falta de fiscalização e controle do Município quanto ao seu patrimônio. Hoje, se for preciso retirar aquela senhora de lá para ampliar a escola, ela terá que ser indenizada, porque possui a escritura em seu nome. Na semana passada, foi lido aqui um requerimento quanto a uma área anexa ao CEMURF que pertence ao Governo do Estado, e não sei se há uma cessão para o Município. Há uma pessoa dormindo lá dentro, e o local está servindo para o uso de drogas, quando poderia muito bem estar sendo utilizado pela nossa população. Foi abordado aqui também um assunto referente aos banheiros da Avenida Beira Rio, naquele terminal rodoviário, onde não é possível entrar, que dirá usar, pois faltam lâmpadas, pia e higiene. Aí, o que fazem um senhor e uma senhora lá de Itaoca que não têm outro banheiro disponível aqui? Todos sabem que o comércio não gosta de ceder seus banheiros para serem usados, até por conta daqueles que não sabem utilizá-los. Então, no dia a dia da cidade, vamos observar esses problemas, informando-os à administração e cobrando uma providência dos órgãos responsáveis. Isso, sempre somando com os vereadores e com a vereadora para que tenhamos dias melhores nesta cidade. Muito obrigado! / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Boa-tarde a todos! Vou começar, falando sobre uma postagem que fiz hoje referente a uma obra do Bairro São Francisco de Assis, que, no meu ponto de vista, é irregular, pois está sendo retirada toda a terra do local para a construção daqueles prédios e sendo colocada do lado de fora sem que haja uma contenção ou proteção para a parte baixa. Estou batendo nessa tecla avisando e espero que providências sejam tomadas. Expus na rede social que, quando um cidadão humilde pretende fazer um puxadinho, logo aparece fiscal, embarga, notifica, multa e faz um escarcéu, mas, no caso de uma construtora, com uma obra daquele tamanho, o comportamento não é o mesmo. Não sei

21

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

se os projetos foram todos regularizados quanto a essa obra do governo passado. Inclusive, Vereador Alexon, gostaria que V. Ex.^a falasse alguma coisa sobre os projetos de impacto ambiental. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Foram apresentados vários projetos, primeiramente quanto aos próprios edifícios que estão sendo construídos lá. Posteriormente, houve a exigência por parte do Conselho do CPDM quanto à abertura de uma rua, e tudo ficou emperrado nessa situação. Quanto ao estudo de impacto de vizinhança, passa pelo Conselho do Plano Diretor Municipal, do qual não tenho conhecimento por nunca ter sido membro. Por isso, não sei se foram cumpridas todas as ações mitigatórias exigidas dentro do estudo de impacto de vizinhança. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Creio que isso não tenha acontecido, porque fiz um pedido de limpeza dos bueiros que estavam todos entupidos, e a prefeitura me atendeu, deixando todos eles impecáveis. Hoje, tirei uma foto e vi todos novamente obstruídos pelo barro; portanto, gastou-se tempo e dinheiro público à toa, sendo um trabalho perdido. Caso a fiscalização não tome providências, vou me dirigir ao Ministério Público para que ele determine o que seja cabível. Falarei sobre o assunto relevante que levou esta Casa a estar tão cheia hoje. O projeto é polêmico, divide pensamentos, mas eu já tenho o meu formado e seguirei a minha linha de raciocínio. Não vou entrar no mérito político do que foi dito aqui quanto a professores se elegeram pedindo votos dentro das escolas, pois seria demagogia, já que, além de não ter provas, também ouvi que pastores pedem voto dentro da igreja. Não estou dizendo que seja a realidade, mas as pessoas comentam, e isso deveria também ser proibido. Assim, não usarei a linha política, e sim a parcial, que é naquilo que acredito. Fui criado pelos meus avós. O meu avô era evangélico fervoroso, doutrinador mesmo, enquanto a minha avó era católica apostólica, sócia da Rádio Aparecida. Assim, eu ia com o meu avô à escola dominical na igreja evangélica e, no outro domingo, era levado pela avó para a catequese. Hoje sou católico, mas não vou misturar religião com o meu voto, porque o Estado é laico, e preciso seguir o que diz a Constituição Federal. Não sou a favor nem contra nenhum dos dois vereadores, e o meu voto todos saberão na hora, pois já está formado e concretizado, inclusive a minha esposa conversou comigo hoje, mandou mensagem querendo saber como foi, e eu não disse nem para ela, pois o voto é um posicionamento meu. Não vejo proibição na lei, seguindo a Constituição, mas está havendo uma pressão e um fervor muito grande dos dois lados. Isso é importante, pois é democracia. Cada um tem a sua opinião e vai lutar pelo que acha certo. Não estou me posicionando contra ninguém, e sim pelo que considero certo. Muito obrigado! / **Alexandre Valdo Maitan:** — Boa-tarde a todos! Os senhores que estão aqui desde o começo desejam assistir a votação do Projeto Escola Sem Partido. Vou postular algumas dúvidas, de maneira a podermos consolidar a nossa posição quanto ao voto. Farei esses questionamentos agora para que os companheiros se posicionem a favor ou contra diante do esclarecimento de algumas dúvidas que ainda tenho acerca do tema. Falarei para que os senhores pesquisem ou acionem a assessoria em busca das respostas, pois estancar essas dúvidas é importante para mim. Li o voto do eminente ministro na ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Alagoas e a Nacional dos Trabalhadores de Educação. Conforme o Vereador Higner Mansur trouxe à baila aqui, eles pleiteiam junto ao Supremo Tribunal Federal a declaração direta de inconstitucionalidade sobre a Lei 7.800, de 05/05/2016, do Estado de Alagoas. Essa ação foi julgada 01 ano depois. Colegas, segundo o Vereador Diogo, essa lei foi votada no final de 2014 e publicada no Diário Oficial em 07/04/2015. Podem me informar se há ação direta de inconstitucionalidade movida por algum

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

desses entes que sentiram seus direitos cerceados em razão dessa lei no decorrer desses 02 anos, como ocorreu com a legislação aprovada em Alagoas? Algum professor foi cerceado, punido no exercício do seu trabalho em função da referida lei? Sofreram alguma restrição na sua tarefa laborativa? Seriam importantes esses esclarecimentos para os colegas se posicionarem; por isso, trago essas indagações à baila neste momento. Muito obrigado! / **Diogo Pereira Lube:** — Boa-tarde a todos! Antes de adentrar nas indagações feitas pelo Vereador Maitan, quero dizer que, quando se expressa na Constituição Federal o tema violência em qualquer âmbito social, nem sempre é de forma direta, e sim velada. Temos na nossa Constituição Federal e no Código a censura, que já é estabelecida a partir de determinadas normas e procedimentos. O que acontece com os professores em sala de aula e que por ventura muitos deles não têm a coragem de dizer é a opressão. Eu não sei se há dentro do Código Penal o tema opressão, já que não sou especialista em direito. Impedir o professor de explanar, de expor sobre determinados conteúdos específicos e pautados na LDB é uma forma de oprimi-lo, contrariando a referida lei, os parâmetros curriculares e a própria Constituição Federal, que diz que todos têm liberdade de expressão. Quando uma lei impede a liberdade de expressão, embora não haja de fato o crime comprovado, podemos fazer uma analogia com as pesquisas dos últimos anos em Cachoeiro de Itapemirim referentes à quantidade de estupros ocorridos aqui. Chegaremos a um número de 20. Isso quer dizer que só 20 pessoas foram estupradas? Quantas pessoas não tiveram coragem de dizer que foram estupradas e quantos outros estupros não podem ser verificados, a exemplo do tipo doméstico praticado pelos maridos? Assim, muitas vezes, também nós, professores, não temos como provar que somos oprimidos, da mesma forma que não há como provar que somos doutrinadores. Certa vez, mais ou menos 400 anos antes de Cristo, um professor foi acusado de doutrinador por estar levando jovens para a praça pública e dizer para eles como deveria ser o autoconhecimento; por muito tempo, as elites que deixavam esse professor educar seus filhos começaram a enxergá-lo como um perigo, porque as crianças estavam refletindo sobre a criticidade e a política. Acontece que um tribunal feito por cidadãos condenou esse professor e pediu-lhe que escolhesse a sua pena, que poderia ser o suicídio ou o exílio, o ostracismo. Esse professor chamava-se Sócrates e ele preferiu morrer do que ser execrado publicamente com o exílio. Eu não vou preferir a morte como professor, porque a minha religião católica não permite o suicídio, e eu iria para o inferno. Uma lei que amordaça o professor, enquanto a Constituição Federal veda esse amordaçar, está fazendo com que esses profissionais acabem indo direto para o inferno. Ora, do que adianta estudarmos 04 anos, fazermos pós-graduação, mestrado e doutorado, buscando conhecimento para levar aos filhos dos senhores aqui presentes, se alguém pode dizer, conforme o artigo 5º dessa lei, que o professor deve abster-se de introduzir conhecimento que vá contra às concepções morais dos estudantes e de seus pais? Se um aluno disser que aprendeu em casa que todo político é vagabundo, o que eu responderei enquanto professor? Vou usar o artigo 1º, que é o da neutralidade, dizendo que não posso responder se são ou não. Se um aluno perguntar se alguma droga faz bem para a gente, eu não poderei dizer que sim, mas o professor de química tem como esclarecer que algumas delas mexem com a nossa serotonina. Os senhores não acham que as crianças devem conversar com os pais e tirar as suas devidas conclusões sobre o que foi transmitido na escola? Ou os senhores acham que os pais têm conhecimento acadêmico e científico para explicar tudo? Eu, por exemplo, fui ensinado pelos meus pais em casa que todo homem deve fazer xixi e, depois, balançar, mas na escola aprendi que aquela ureia que fica no pênis pode

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

causar câncer de colo de útero na minha parceira; portanto, é preciso passar um papel higiênico para limpar. Se eu não tiver educação sexual na escola, como aprenderei a ser um cidadão melhor, inclusive com a pessoa com a qual quero me casar e viver uma vida para sempre? Portanto, precisamos trabalhar conteúdos em sala de aula, independente se a religião x, y ou z for contra, porque o Estado é laico. Em casa é que as conclusões serão tomadas. De forma alguma o Professor Diogo Pereira Lube é inimigo da família e digo isso, porque foi divulgado o seguinte nas redes sociais: “Na próxima terça-feira, será votada no Município a revogação da Lei Escola Sem Partido. É uma lei importante que, se revogada, irá prejudicar as famílias e os filhos dos cristãos. A revogação da lei dá direito a professores de falarem em sala de aula sobre ideologia de gênero, sobre religiões diversas, ensinar sobre as mesmas e até falar sobre política e ideologia partidária. Se for possível, junte os amigos e vá à Câmara Municipal na próxima terça-feira defender, junto conosco, a causa da família cristã e seus princípios. Caso não possa, envie esta mensagem para alguém que pense igual a nós para que venhamos ganhar essa guerra. Lá dentro da Câmara podemos perder essa guerra; por isso, apelamos a você. Um abraço”. Eu não vim aqui para a guerra, e sim para discutir democracia, principalmente porque temos família. Os colegas Higner Mansur e Alexandre Maitan falaram sobre a decisão do Supremo, e evidentemente ela foi referente a um projeto. O de Alagoas foi o primeiro a ser impetrado contra a Escola Sem partido e aprovado no Brasil. Como muito bem disse V. Ex.^a, essa matéria tramita no Senado há 03 anos e meio sem nenhum tipo de discussão ou votação. O projeto foi proposto por Magno Malta, defendido pela bancada dos Pastores Marcos Feliciano e Silas Malafaia, e não estamos entrando no mérito de pastor ou não de igreja. Cada um tem a sua função, e o Estado determina que é preciso haver instituições para fazer com que a sociedade funcione. Uma dessas instituições é igreja, outra, a família, e outra é a escola. Eu não posso simplesmente culpar a escola, porque a família não está dando certo, e muito menos culpar a escola pela igreja não conseguir aquilo a que se propõe. Se o aluno me pergunta se todos os católicos e evangélicos são pilantras, porque só querem saber de dinheiro, não posso nem defender, porque o Projeto Escola Sem Partido determina que eu seja neutro. Será que é essa a minha função enquanto professor, ser acuado e deixar de ensinar conteúdos? Infelizmente, as redes sociais e a falta de ir à escola nos fazem assimilar conceitos que geram preconceitos. Fiquei até curioso para saber que tipo de livro aprovado pelo MEC incita o satanista e seja adotado como material obrigatório em sala de aula. Agora, a biblioteca é pública, e lá a criança pode ler Harry Potter, que é um bruxinho, e muitos pais permitem que ele seja lido em casa, mas nenhum professor pede para trabalhar esse livro como conteúdo. Se uma criança vai até a biblioteca e lê Harry Potter, quem deve cercar a moral do livro? Os pais, e não os professores. Todo tipo de leitura é válida; ler é um exercício. Quanto ao professor doutrinar, a lei tem uma parte interessante que diz: “Não fará propaganda político partidária em sala de aula”. Eu concordo plenamente com isso, inclusive o Ministério Público foi até a Escola Pedro II e prendeu o núcleo do PSOL, mas não foi a Escola Sem Partido que fez isso, e sim a Justiça, a base constitucional. Consta na LDB, no ECA e nos PCN’s que o professor não pode usar sala de aula para fazer palanque. Só ressaltando, Vereador Delandí, informo a V. Ex.^a que, em época de eleição, nós, servidores candidatos, somos obrigados a pedir licença. Não se pode trabalhar em sala de aula sendo candidato, e isso acontece em outros âmbitos institucionais. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Peço mais uma vez aos presentes que não se manifestem. / **Diogo Pereira Lube:** — Repetindo, a lei diz que o professor não fará propaganda política partidária em sala

24

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

de aula nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas. No último sábado, foi a comemoração da emancipação política de Cachoeiro. Eu não posso incitar o meu aluno a vir a esse ato público? Que ele venha a uma festa de comemoração? Que ele venha à Câmara Municipal participar de um ato público para exercer a democracia e a sua soberania? Quanto à política partidária, isso já é previsto e imprevisível; agora, ser proibido de incentivar a participação em atos públicos em prol da história da cidade? Isso não é um ato público, é um ato falho e terrível da lei. Falamos muito de questões religiosas, inclusive esta semana fiquei preocupado em casa porque parece que virei o demônio de Cachoeiro de Itapemirim, pois, sendo católico, disseram que estou vindo aqui contra as famílias. Só para tirar uma referência, no século XVI, um professor teve que brigar muito com a Igreja Católica Apostólica Romana para dar origem às protestantes, que foi Martin Lutero, e ele quase sofreu uma inquisição. Ele foi excomungado da Igreja Católica para poder dar base às Evangélicas. Se estamos querendo calar um professor, estamos calando Lutero, que foi a base propulsora do protestantismo no Brasil e no mundo. Não podemos calar um professor, fazer com que ele deixe de ocupar o seu lugar enquanto função social. Entrando no mérito da ideologia de gênero, convido os senhores a irem ao Centro Acadêmico São Camilo, em outras universidades ou seminário para discutirmos esse tema. Não há nenhum livro que fale sobre ideologia de gênero, o que existe são questões de gênero e identidade de gênero. O que é trabalhado de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª é o que é ser homem e o que é ser mulher, por exemplo, nasci homem, macho biologicamente, mas isso não me impede de lavar um prato ou um banheiro. Eu nem faço isso, quem faz é a minha esposa, mas é uma displicência minha. O que é ser mulher? É nascer com o sexo feminino, mas ela não pode ser piloto, motorista de caminhão, entrar no mercado de trabalho? Quando falamos de questão de gênero, não se discute em sala de aula transexualidade, e sim nos consultórios de psicologia. Eu queria que alguém me desse um exemplo de que isso foi trabalhado em sala de aula. O que vimos pela internet não são fatos. No facebook todo mundo é doutor, fez academia para dizer o que quiser, e lá não existem conceitos claros. A Professora Doutora da UFES Maria Beatriz Nader fez a sua pesquisa no campo da psicologia, e eu os aconselho a lerem o seu o Livro “Mulher – do Destino Biológico ao Destino Social”, que vai desmistificar muito essa baboseira que é a chamada ideologia de gênero. Isso não existe, é uma temática criada para justamente desclassificar o academicismo, desclassificar o estudo e o cientificismo. Gostaria de referendar que essa lei proposta em 2014, de acordo com a decisão da procuradoria, foi criada com um vício de gestão, porque o artigo 48 da Lei Orgânica do Município diz que questões ligadas à educação só podem prover do Município. Assim também decidiu o Supremo Tribunal Federal. O Vereador Higner Mansur deixou claro que compete à União fazer as mudanças no que se refere à Secretaria de Educação e ao Ministério da Educação. Na semana passada, o Ministro da Educação, Sr. Mendonça Filho, do Partido do DEM, que é o mesmo do ex-vereador José Carlos Amaral, autor do projeto, se pronunciou contra a Escola Sem Partido, dizendo que ela contraria os artigos 205 e 206 da Constituição Federal, atrapalha a liberdade de ensino e o pluralismo de ideias. O professor não é um cooptador. Eu me formei em 2000 para exercer a função de professor. Pais, vocês destinam às escolas e aos professores a responsabilidade de fazerem aquilo que muitas vezes não conseguem fazer. Acham que os professores querem o mal dos filhos de vocês? Muito obrigado! / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Boa-tarde a todos! Vou deixar as minhas considerações sobre o projeto para a hora em que ele entrar em debate. Neste momento, quero demonstrar a minha preocupação com os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

26

ginásios de esporte de Cachoeiro de Itapemirim. Moro no Bairro IBC, e temos lá o ginásio do conjunto, outro que praticamente não existe no Alto Monte Cristo e o do Bairro Caiçara, todos sem funcionamento. O do Alto Monte Cristo foi depredado e destruído, e o do Alto Caiçara vai pelo mesmo caminho. No do IBC, infelizmente, pessoas de bem não podem frequentar. Hoje, atuo na Junta de Serviço Militar como servidor público, e o setor que funciona dentro de um desses ginásios foi alvo de vândalos e teve seu computador roubado. A minha preocupação é com a falta de comprometimento do órgão público com os ginásios, pois, automaticamente, quem perde com isso somos nós, já que a prevenção de muita coisa para as nossas crianças vem a partir do esporte. Hoje, elas estão limitadas à escola e a casa, sem poderem frequentar uma pracinha nem um ginásio. Acredito que o órgão público em parte tem culpa, porque, num passado não tão longe, esses ginásios eram cuidados por guardas, e a Secretaria de Educação realizava lá alguns projetos, como melhor pode dizer o companheiro Wallace. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — A secretaria tem vários projetos que funcionavam até o ano passado, e ainda não retornaram em nosso Município. São projetos de futsal, handebol, basquete, natação, jiu-jitsu, ginástica nos bairros e zumba. Acredito que a nova secretária deve colocar tais projetos em pauta a partir de abril. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Outro ponto que deve ser levado em consideração quanto a esses ginásios é que quase 100% deles não tem sequer autorização do Corpo de Bombeiros para funcionar. Acontecem alguns eventos com um volume maior de público e, se o Corpo de Bombeiros fizer uma vistoria em todos eles, na totalidade, serão impedidos por conta de uma série de exigência, inclusive ausência de para-raios. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Realmente, os ginásios do nosso Município não têm alvará. O do Bairro Nova Brasília tinha um provisório que era renovado, porque precisa de adequação. A maioria desses ginásios precisa de uma reforma elétrica e hidráulica, e, como o senhor disse, o para-raios é de fato um pré-requisito da lei que não é observado. Os eventos que acontecem no Município são solicitados ao Corpo de Bombeiros, que vai até o local, faz uma adaptação, e todas as adequações necessárias ao mesmo depois são retiradas. O Município deixa a desejar quanto à infraestrutura e adequações desses ginásios, e coisas imprescindíveis não são feitas. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Vereador Wallace, conheço o seu envolvimento com o esporte na sua passagem pela secretaria e culpo a administração por não ter dado respaldo suficiente para que esse setor tivesse sido melhor gerido por V. Ex.^a. Como eu já disse, a prevenção é o melhor remédio. Tenho 50 anos e, na minha época de criança e jovem, sempre frequentei campo de futebol e ginásio, tendo conquistado muitos amigos com isso. Na época, tínhamos amigos, e não colegas, e hoje isso não existe mais. A criança, sem ter acesso a essa prevenção, infelizmente, parte para o mundo do crime, e hoje vemos algumas, na faixa de 10, 11 anos, roubando e traficando, o que é um problema muito sério. Tenho certeza absoluta de que a Secretária Lílian fará um bom trabalho. Para conhecer a pessoa, precisamos saber a história dela, e a dela, na área de esporte, é muito boa. Creio que atual administração dará todo o amparo e dedicação para que ela possa realizar um bom trabalho e, automaticamente, essas crianças aprenderão respeitar os pais e os educadores. É muito preocupante a relação dos professores com os estudantes. Trabalhei, até o ano passado, na Secretaria da Fazenda, em frente ao Shopping Cachoeiro, e vi lá uma mãe se gloriar, dizendo que a professora chamou a atenção do filho, que não aceitou, falou com a mãe, e ela foi até lá brigar com a professora. Por isso, quando a secretária de Educação esteve aqui, falei sobre a preocupação com o atendimento psicológico dos professores quando sofrem algum tipo de violência por parte dos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

alunos. Ela disse que não havia trabalho nenhum nesse sentido. Esse projeto de hoje, senhores, é muito importante para o futuro do nosso país, assim como a prevenção para os alunos e a saúde dos professores. Será que os professores têm amparo e estão preparados para mais esse comprometimento com os alunos? Eu não sei. Estou gostando muito do debate e da presença de todos, alunos, professores e representantes dos meios de comunicação. O debate está sendo muito bom para os novos vereadores e para os que já estavam aqui. Que possamos fazer tudo isso de forma respeitosa e democrática, de maneira a sairmos todos vitoriosos. Muito obrigado! / **Dário Silveira Filho:** — Boa-noite a todos! Quero registrar que estou muito feliz com a presença da minha esposa e da minha filha aqui. A esposa me pediu para não chorar, assim como fez no dia da posse, mas lá eu não consegui me controlar, porque o Alexon lembrou de sua mãe e me fez recordar da minha. Se a minha mãe estivesse viva, estaria muito feliz com este meu mandato, mas Deus sabe de todas as coisas. Registro ainda a presença da família Silveira, representada aqui pelo meu tio Itamar, por minha irmã e pela minha cunhada guerreira. Hoje, a secretária leu aqui uma indicação que fiz, pedindo ensaibramento e patrolamento para a estrada da Gruta, pois estive lá no final de semana e quase não consegui voltar. O trecho ao qual me refiro é o próximo à Igreja Católica, depois do posto médico. Como moro na comunidade do Bairro União, sou muito cobrado quanto à reforma da capela mortuária de lá. A comunidade é pobre e, em caso de falecimento, não tem nem onde velar o corpo, sendo preciso ir para o Bairro Coronel Borges e até alugar ônibus. Falta dinheiro da passagem e também carro. Já fiz essa cobrança ao secretário de Obras e falei com o prefeito na primeira sessão do ano. Quanto à antiga Rua Oito, que é a José Olímpio Gomes, a obra seria feita em dezembro e não o foi por conta da chuva. Em conversa com o então prefeito Casteglione, ele me disse que o dinheiro estava depositado, bastando a firma fazer. Na quarta-feira passada, conversei com o secretário de Obras, e ele confirmou que esse dinheiro realmente está em caixa, mas falta a firma ter máquina e a ferramenta para realizar o serviço. Talvez, segundo ele, seja preciso abrir uma nova licitação; enquanto isso, conforme disse ao secretário, o povo fica no meu ouvido. Pedi até a ajuda dele, porque as pessoas vão a minha porta e, se chover, partem para o Face e WhatsApp, perguntando onde está o vereador do bairro. Conscientizo a comunidade de que estou fazendo o meu papel, mas não tenho máquina nem caminhão. Peço até desculpas ao Vereador Delandi, que é o líder, inclusive sei que agora há o Vander, como articulador político, e o Milas. Tenho o telefone deles, entrarei em contato e deixarei o colega Delandi um pouco em paz. Ontem, o Flávio, que é uma pessoa nota mil do setor de limpeza pública, estava fazendo uma capina e uma limpeza no Bairro Monte Belo e agora vai para o União, e eu agradeço ao Secretário Paulinho Miranda. Ontem, havia lá um caminhão e uma máquina no local onde caiu um muro de um morador, e eles limpavam perto do CRAS. Próximo à fazenda do Zeca Volpato, vi uma rua que dá medo até de passar a pé. É o final da Rua Vinte e Um, a Moacir Pimentel, com valetas de dar medo. Também vou procurar o Vander quanto a isso, porque, repito, são muitas as cobranças do povo. Entendo as dificuldades que a prefeitura está enfrentando e tenho passado isso para o povo, defendendo o prefeito. Sempre converso com o Paulinho, com o Flávio e com o César e sei que eles têm 02 máquinas e 02 caminhões para cuidar dos 80 bairros do Município e atender aos 210 mil habitantes, o que é uma tarefa complicada. Tento passar isso para a comunidade, mas nem toda ela entende. Quanto ao projeto do Vereador Diogo, peço aos colegas que, como eu pretendo fazer, votem com consciência. É preciso escolher um lado, e estou com a minha consciência tranquila. Que seja escolhido o melhor para as famílias. São

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

28

12 vereadores novos que representam a mudança, assim como o prefeito, e aprendemos com a experiência dos 07 vereadores que permaneceram. Apesar do que as pessoas diziam lá fora, eles nos acolheram e nos abraçaram; assim, aprendemos com eles e também nos colocamos à disposição para tudo o que precisarem. Estamos juntos. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado! / **Sebastião Gomes:** — Boa-noite a todos! Há muitos jovens neste plenário hoje, e isso é importante para nós, vereadores. Esse Projeto Escola Sem Partido tem uma grande discussão no Congresso Nacional, e o Amaral reacendeu a Câmara Municipal. A doutrina da sociedade brasileira já foi forçada a acreditar que o negro, na época, era mercadoria e que o índio não era considerado humano. Hitler fez uma nação acreditar que queria uma raça pura e chegou a quase dominar o mundo com a sua ideologia, causando a morte de 06 milhões de judeus. Então, precisamos votar de forma certa. Quanto à ponte da Usina São Miguel, não obtivemos resposta do Estado nem da prefeitura até hoje, e continua a passar apenas 01 carro por vez lá. Infelizmente, está difícil ser vereador nesta cidade. O ginásio de São Vicente está abandonado há quase 02 anos e começa a ser utilizado por vândalos. Estamos pedindo que o Município tenha mais compromisso conosco, enquanto vereadores. A ponte de São Bento, na Cobiça, está daquele jeito, e o pessoal atravessa por cima de um pequeno córrego. Se voltar a chover, não sei o que será, inclusive existem lá pessoas que usam cadeira de rodas. Temos feito várias solicitações aqui, não obtivemos resposta nenhuma e precisamos dar uma satisfação ao povo de Cachoeiro. Desse jeito, vamos parar de fazer pedidos até obtermos uma resposta concreta quanto àqueles que já fizemos. Quanto ao debate que teremos daqui a pouco referente ao Projeto Escola Sem Partido, parabeno os Vereadores Delandi e o Diogo, que são formadores de opinião com capacidade para discutir e mostrar aquilo que é bom para Cachoeiro. Estão fazendo a coisa certa ao discutir o que é melhor e ideal para a cidade. Muito obrigado! / **Edison Valentim Fassarella:** — Boa-noite a todos! Quero fazer uma homenagem, um elogio a um colega vereador. Eu, o companheiro Higner e o Senador Magno Malta fomos vereadores juntos. Muitas vezes, nesta Casa, questionava-se a capacidade técnica dos vereadores, e, quando isso acontecia, eu sempre me referia ao Almir Forte e ao Higner Mansur. Aprendi com o Almir que um vereador tem que respeitar o outro, independente das posições. É a população quem deve julgar o vereador, enquanto nós somos colegas. O vereador foi eleito pelo povo e, se fizer um mau mandato, será julgado por ele. Não somos nós que julgamos os colegas, a não ser em caso especial, como CPI. A esposa do Almir esteve aqui hoje e falou muito bem, deixando claro o amor que tem por ele. Eu também me referia muito ao Vereador Higner e, quando foi montada a atual Comissão de Constituição, Justiça e Redação, deixei de votar no Brás, que é meu amigo de longos mandatos, para escolhê-lo. Quando soube da sua candidatura a vereador, adiantei que, se eleito, seria o meu candidato à referida comissão. Tínhamos aqui um bom relator dessa comissão, que era o David Lóss, advogado e professor com conhecimento de leis, e eu lhe disse que V. Ex.^a o substituiria. Hoje, o seu discurso, Vereador Higner, foi de uma capacidade muito grande, rasgou um documento, coisa que nunca fez, e mostrou sabedoria em sua fala. O meu voto a esse projeto será no mesmo caminho do seu. Assim, elogio o Almir Forte e V. Ex.^a por sua capacidade técnica e discernimento nas suas posições. Independente de ser do partido do prefeito, se V. Ex.^a tiver que fazer uma crítica a ele, fará. / **Aparteando Higner Mansur:** — Eu só não rasguei a petição, que não sabia que era minha, porque ela estava dentro do processo, com páginas numeradas; do contrário, ela teria sido rasgada. Muitas vezes voltei atrás, mesmo sem ter escrito, bastando haver o convencimento. / **Edison Valentim Fassarella:** — Eu me

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29

considero um vereador comunitário, já que iniciei a minha vida política na associação de moradores, mas admiro muito advogados como V. Ex.^a e o Maitan que, como conhecedores da lei, têm mais capacidade de responder tecnicamente. Isso é muito importante para a Câmara, e nós, com o nosso conhecimento de líderes comunitários, fomos eleitos e temos a capacidade de estar conectados com a população. Portanto, essa vivência comunitária é também muito importante para o mandato e a representatividade. / **Aparteando Higner Mansur:** — Tenho o máximo de respeito por essa atividade dos senhores. / **Edison Valentim Fassarella:** — Passamos ouvindo a comunidade no dia a dia. Quando das homenagens às mulheres, passou por esta Casa o querido Deputado Evair de Melo, ocasião em que eu lhe disse que, assim como o vereador está presente no dia a dia da sua comunidade, ele também o faz. Esse deputado já esteve mais de 200 vezes em Cachoeiro depois de eleito. Ontem, na Santa Casa, o discurso dele foi exatamente esse, destacando que está sempre presente na comunidade cachoeirense. Essa é a nossa coragem de ser político, de andar a pé o dia inteiro, já que é muito simples se candidatar e transitar pelas ruas depois só de carro fechado e com ar condicionado. Nós temos a coragem de enfrentar e conversar com a população. Muito obrigado! / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Boa-noite a todos! Tenho sido cobrada, porque, como é do conhecimento de todos, foi montada aqui uma comissão formada por mim e pelos Vereadores Fassarella e Delandi para conversarmos com o Poder Executivo sobre o problema da Casa do Cidadão. Ontem, estivemos em um dos locais que foi indicado pelo Município para que ela seja instalada, ao lado da perita, a qual solicitei que, junto a seus pares, opinasse pelo ambiente que fosse melhor, já que não é interesse nosso que esse serviço seja retirado de Cachoeiro. Enquanto polo do Sul do Estado, em hipótese alguma podemos perder esse serviço, tendo em vista até que do projeto aprovado para a reconstrução da delegacia no Bairro Independência já está prevista uma área para que esse serviço funcione com a Polícia Técnica, com gabinete e toda a estrutura. Portanto, essa situação seria provisória. Na última reunião que tivemos com o governador do Estado, delegados e outras autoridades, deixamos claro que a Câmara não pode absorver esse serviço; então, a Câmara só pode fazer aquilo que a lei lhe determina fazer, ou seja, neste prédio só podem estar aqueles serviços previstos em legislação, por força de termos que prestar conta ao Tribunal e por outras demandas que nos é impossível alterar sem ferir a normalidade da coisa pública. Por isso tudo estamos impedidos de decidir, cabendo ao Município e ao Governo do Estado chegarem a uma convergência de interesses. Na semana passada, os membros da comissão e o pessoal da municipalidade estiveram reunidos, a perita faltou, e eu fiquei incumbida de resolver isso, inclusive cometi a maior gafe no Dia Internacional da Mulher, indo até lá. Segundo ela, o local que foi oferecido, que é o ginásio de esportes, numa escala de 0 a 10, seria o último a ser escolhido, sendo necessário procurar outro mais centralizado, já que os estagiários para irem até lá precisariam tomar dois ônibus. A perita tem medo de que, por isso, venha a perder esses estagiários. O Município já está antenado com esse problema e está identificando novos ambientes; portanto, todos estão imbuídos e nós, vereadores, atentos para melhores possibilidades de instalação. / **Aparteando Brás Zagotto:** — No Sesc, que era do IPACI, há um monte de salas, e o último andar está vazio. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — O problema é a acessibilidade. Esse local já foi até mencionado e lá só há salas vazias do terceiro andar para cima. O serviço seria no quarto andar, repito, sem acessibilidade. / **Aparteando Brás Zagotto:** — A secretária de Educação disse aqui que está usando o antigo Colégio Newton Braga como braço daquela pasta. / **Renata Sabra Baião**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30

Fiório Nascimento: — Eu ofereci aquele local assim como a Casa da Memória e a estação ferroviária e pedi à perita que identificasse e apontasse para que o Governo do Estado requisitasse o ambiente. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Para quem chega ao antigo Colégio Newton Braga pela parte de cima tem escada, mas, se for por baixo, perto do antigo Supermercado Salvador, há uma rampa e acessibilidade. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Mas terá que passar por dentro do escritório modelo da faculdade de direito. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Estou falando da parte do colégio, onde há a rampa, uma quadra, e as salas ficam embaixo. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Vereador Brás, o Município recebeu várias indicações. A nossa comissão apontou inúmeros ambientes, na presença do Vander e da secretária de Ação Social. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — No prédio da SEMASI, há um acesso por cima, com garagem, e dá acesso ao último andar, o qual realmente está vazio. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Na próxima reunião, vamos oferecer esse lugar, inclusive a perita ficou de nos ofertar outras indicações que ela achasse importante. / **Aparteando Edison Valentim Fassarella:** — É bom deixar claro que a contribuição do Governo do Estado, através do Secretário Casteglione, foi que, se o novo SINE funcionar na Avenida Beira Rio, poderá instalar esse serviço também lá. Assim, o Governo do Estado assumiria aquilo que lhe cabe de fato e de direito. Essa possibilidade será analisada na semana que vem. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Senhores, tenho visitado muitas unidades de saúde do Município e visto o quanto é de extrema importância o trabalho de formiguinha que as agentes de saúde realizam, o qual precisamos reconhecer e agradecer. Digo isso, porque elas são a porta de entrada para esse magnífico programa que é o SUS, reconhecido mundialmente como um dos melhores do mundo, embora não funcione como está previsto. Em todos os postos onde estive vi que elas estão motivadas e, ao mesmo tempo, temerosas devido à falta de expectativa de aumento quanto à quantidade, havendo muitas áreas descobertas. Elas se mexem para lá e para cá e largam o trato da própria família para cuidar da de quem mais precisa. Os postos de saúde do Município são obras novas, valiosas e valorosas, e eu descobri algo muito importante que é o fato de que todos eles fazem captação de água da chuva, e é dentro deles que a água cai. Depois dessas chuvas, fui a 08 postos de saúde, e todos eles estavam com goteiras, baldes pelo corredor, chão sujo e manchado de água. Em vez de a queda do telhado ser para fora, é para dentro do posto. A calha não é bem centrada, e as construções são padrões. Tomei conhecimento de que a prefeitura já tem uma equipe fazendo essa vistoria para a garantia da obra. / **Aparteando Brás Zagotto:** — V. Ex.^a acha isso bom ou ruim? / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Isso é péssimo, Vereador Brás, é dinheiro público jogado fora. É ridículo. / **Aparteando Brás Zagotto:** — A diretora da Escola CIE, do Bairro Vila Rica, para a qual fiz a doação de uma bomba, construiu uma cisterna de captação de água da chuva, e ela já tem 15 mil litros armazenados. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — A captação é interna, e não externa. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Ela fez um negócio de primeira, com engenheiro e dentro das normas. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Ela é um exemplo a ser seguido. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Economizou mais de 60% do talão de água. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Muito obrigada! / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, gostaria que o Projeto de Lei 03/17 fosse incluído na pauta. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Pedido acatado. / Passamos ao **Horário das Lideranças.** / **Higner Mansur (PSB):** — Boa-noite a todos! Esse projeto só vai entrar na pauta hoje em

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

31

respeito às pessoas que estão aqui e porque o nosso Marcão, que era quem cuidava disso, está internado. Sexta-feira é o dia de receber a pauta, nós acompanhamos e estamos vendo isso, mas, se soubermos que o projeto será votado na terça, teremos a sexta, o sábado e o domingo para estudá-lo. Quero fazer alguns elogios a servidores públicos, especialmente à Dona Irene e ao Sr. Roberto que notaram aquilo que eu mesmo não havia visto: que a minha cadeira é muito ruim. Quando cheguei hoje, ela já estava toda arrumadinha. Agradeço muito à Dona Irene e ao Sr. Roberto, porque precisamos ver com carinho o servidor público. Hoje, tive um diálogo com alguém que simplesmente detonou o servidor público. Quero falar também sobre a Ana, a Camila e a Laís, assessora do Diogo, que, pela primeira vez em muitos anos, prepararam algo diferente para a Câmara comemorar a data de 25/03, que é importantíssima. Na prefeitura, também a Ivanélia, a Lucimar e a Fernanda, que é a Secretária de Cultura, fizeram um trabalho muito bonito. A Valquíria, que estava achando que eu não falaria dela, fez um trabalho brilhante, que chamou a atenção para si, e está de parabéns. Refiro-me à chegada repentina de uma mocinha de 150 anos, com uma mensagem muito bonita que está rendendo frutos para a nossa cidade. Essas pessoas são todas servidoras públicas que, se quisessem fazer o feijão com arroz, fariam, mas foram muito além. Sobre o 25/03, quero parabenizar a TV Gazeta, que fez uma matéria muito importante quanto a essa data, o Jornal O fato, pelo caderno de 20 páginas, que servirá para pesquisas, a Revista Sete Dias pelas 04 páginas de fotos antigas, o Jornal Aqui, com 02 páginas de entrevista com o José Pontes Schayder, recuperando algumas fotos de Cachoeiro. Quero também elogiar o Lucas Schuína, jornalista que está começando agora, que me entrevistou pela segunda vez e sempre coloca exatamente aquilo que eu digo, com a entonação e a importância do que lhe falei, resguardando, logicamente, o sentido da entrevista e da notícia. Eu não disse que gostei só porque fui entrevistado, e sim por ele ter dado sentido à notícia. A Revista Leia eu não li, mas certamente terá feito algo. Os parabéns aos servidores públicos obviamente atingem a direção da prefeitura e a desta Casa, a imprensa e a nós, que efetivamente demos um novo momento histórico ao 25/03. Eu leria um discurso que fiz e o texto que a filha de Newton Braga me mandou, quando ele, por conta dos motivos econômicos do momento, resolveu que a festa da cidade seria em 29/06. Eu tinha achado também um texto dele, algum tempo antes, dizendo que a festa seria em 25/03/1938; depois, em novembro, no Correio do Sul, por motivos que eu citarei na próxima sessão, resolveu realizar a festa em 29/06. Precisamos aproveitar as 02 festas, porque, nesse sentido, quanto mais festividade melhor para o nosso Município e para a nossa economia, que foi exatamente a visão de Newton Braga, um poeta que também entendia de economia. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Gostaria que V. Ex.^a incluísse nessa seleta lista de renomados servidores públicos o diretor administrativo da Casa, o nosso colega Wilson Dille dos Santos. / **Higner Mansur:** — Ao qual peço desculpas, pois só a idade me faria esquecer de citá-lo. Então, ao meu irmão Wilson Dille digo que, quando eu queria um elogio, vinha aqui, porque ele nunca deixou de dizer umas mentirinhas e me elogiar. Peço-lhe um milhão de desculpas por não ter citado o seu nome. Muito obrigado! / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Vamos votar agora os requerimentos enviando votos de congratulação. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Entre esses requerimentos está aquele que solicita o uso da tribuna ou ele será votado em destaque? / **Edison Valentim Fassarella, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, os votos de congratulação podem ser apreciados em bloco? / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Acatado. / **Renata**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32

Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária): — Vereador Maitan, só serão apreciados em bloco os requerimentos de congratulação. Esse citado por V. Ex.^a será apartado, apreciado em destaque. / **Brás Zagotto, levantando questão de ordem:** — Os projetos de homenagem também podem ser apreciados em bloco? / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Pedido acatado. / Logo após, **foram aprovados**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 100, 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121/2017 – Delandi Pereira Macedo; 103/2017 – Rodrigo Sandi; 108, 109, 110 e 111/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; 122 e 123/2017 – Edison Valentim Fassarella; **Projetos de Decreto Legislativo: Concedendo Título Ignez Massad Cola:** 37/2017 – Dário Silveira Filho, 38/2017 – Alexandre Valdo Maitan, 40/2017 – Brás Zagotto, 41/2017 – Alexandre Andreza Macedo, e 44/2017 – Diogo Pereira Lube; **concedendo Título de Mulher Cachoeirense:** 36/2017 – Dário Silveira Filho, 39/2017 – Brás Zagotto, 42/2017 – Rodrigo Sandi, e 43/2017 – Diogo Pereira Lube. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Requerimento 16/2017 – Devair Reis da Silva** (Requer cessão da tribuna livre para falar sobre a situação do meio ambiente). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — É bom esclarecer que a tribuna popular é cedida em cima de uma pauta e pelo tempo de 10 minutos, e aqui não diz nem o motivo exato para essa solicitação. / **Delandi Pereira Macedo:** — Em conversa com a secretária e o procurador, vi que esse Sr. Devair não tem a devida qualificação, já que a tribuna popular é concedida no tempo de 10 minutos para que a pessoa se manifeste sobre projeto de lei em pauta, e na Casa não há nenhuma proposta referente à área ambiental. Se há algum projeto assim aqui, eu não tenho conhecimento. Estou falando com base no Regimento Interno. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Os membros da Comissão de Meio Ambiente estão presentes, e podemos perguntá-los se chegou alguma pauta para eles. / **Delandi Pereira Macedo:** — Faço parte dessa comissão junto com o Vereador Carlinhos. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Não temos nenhuma pauta referente ao meio ambiente. / **Delandi Pereira Macedo:** — O Regimento Interno estabelece que a tribuna popular deve ser usada para a manifestação sobre projeto de lei em pauta. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Sugiro que se faça um contato com o requerente. / **Delandi Pereira Macedo:** — Melhor seria não aprovarmos o requerimento para que ele o adapte às normas regimentais. Assim, a concessão será feita de acordo com o Regimento Interno. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — A título de esclarecimento, considerando que a seguir será lido outro pedido de uso da tribuna popular, digo que a seção 6 do nosso Regimento Interno prevê como deve ser o uso da mesma e o seu requerimento. Vereador Delandi, não é a pessoa que não é qualificada, e sim o requerimento que, para ser acatado, necessita cumprir várias formalidades previstas nos artigos 88, 89 e 90 e seus incisos. É preciso atender a esse regramento. É claro que o requerimento pode ser corrigido e emendado para a qualquer tempo o aprovarmos, mas, do jeito que está, não pode ser acatado. Seria melhor, então, não o colocarmos em votação. A outra proposta está adequada, mas não há matéria em pauta. O pedido não pode ser feto em cima de um projeto de lei que por ventura poderá entrar na pauta. Esta é uma Casa de Leis, e não podemos pecar, desrespeitando o Regimento Interno. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — O que temos visto aqui é o que foi adotado pelo companheiro Sebastião Gomes, quando, ao convidar um membro do Conselho Tutelar, cedeu-lhe o seu tempo. Do jeito que está, não tendo um assunto em pauta, efetivamente a tribuna popular não pode ser utilizada. Eu me coloco à disposição para ceder o meu tempo, caso a pessoa que requereu o uso da

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

33

tribuna queira utilizá-lo. Não sei quem é essa pessoa, embora concorde com a vereadora e com o Pastor Delandi quanto a regimentalmente o requerimento não poder ser atendido, assim como ocorre com o do Sindimunicipal. As propostas não encontram amparo no Regimento Interno. Precisamos usar de bom senso, pois não podemos conceder a tribuna a um e cerceá-la a outro quando os pedidos têm o mesmo motivo. / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Então, vamos retirá-los da pauta. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Ele requer 15 minutos, e o Vereador Maitan cedeu 10. / **Brás Zagotto:** — Eu cedo mais 05. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Assim tudo bem. / Posto em votação o **Requerimento 16/2017**, acima descrito, **foi aprovado** por dezesseis votos, registrada a abstenção do Vereador Delandi Pereira Macedo. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Alexon Soares Cipriano, Allan Albert Lourenço Ferreira, Brás Zagotto, Dário Silveira Filho, Diogo Pereira Lube, Edison Valentim Fassarella, Elio Carlos Silva de Miranda, Ely Escarpini, Higner Mansur, Paulo Sérgio de Almeida, Renata Sabra Baião Fiório Nascimento, Rodrigo Sandi, Sebastião Gomes e Sílvio Coelho Neto. / **Seguem justificativas de voto.** / **Alexandre Valdo Maitan:** — O que eu imagino é que, enquanto não for estabelecido lá no protocolo que a pessoa que receber esse requerimento saiba como ele está sendo direcionado, cercearemos o direito de os cidadãos utilizarem a tribuna. Alguém tem que dizer ao requerente do uso da tribuna popular que isso só é permitido de acordo com o estabelecido no Regimento Interno; do contrário, vamos rejeitar vários desses pedidos, e as pessoas irão para a imprensa dizer que estamos cerceando o direito de elas utilizarem a tribuna da Casa. Eu cedi o meu tempo para que se corrija essa situação, evitando que isso aconteça outras vezes. Vamos resolver esse problema já na próxima vez que derem entrada nesses pedidos de uso da tribuna. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabênizo o Vereador Maitan por sua iniciativa de ceder o tempo, mas me abstive da votação por não ter entendido o motivo de esse pedido ter sido colocado em apreciação. Se a tribuna popular não foi cedida para ele, o que foi votado? Ora, para ser uma cessão da tribuna popular, o pedido deveria estar enquadrado ao que estabelece o Regimento Interno, e não há nenhum projeto ou assunto na Casa referente ao meio ambiente. Ele utilizará a palavra no tempo cedido pelos colegas vereadores. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Ofício 80/2017 – Sindimunicipal – Sindicato dos Servidores Públicos de Cachoeiro de Itapemirim – ES** (Requer liberação da tribuna popular em todas as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal para pronunciamento do presidente do sindicato, Professor Jonathan Willian Moreira Correa, para falar a respeito de qualquer projeto de interesse dos servidores públicos municipais ou que envolva criação, alteração ou extinção de norma/lei que verse sobre a administração pública que vier a ser votado). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Apesar de ter a qualificação, o requerimento padece de impedimento para entrar em votação, porque era preciso prever a pauta, ou seja, o assunto precisa estar em pauta. Ninguém pode ficar com o direito de vir aqui falar sem uma pauta específica. O requerente precisa minutar o assunto sobre o qual pretende falar. Concordo com o Vereador Delandi, porque acabamos de criar um precedente e, assim, sempre que o companheiro achar possível poderá ceder o tempo. O anterior foi colocado em votação só para ratificar a decisão do Vereador Maitan, que tem sempre colaborado com o andamento da Casa. Votamos por conta da concordância de ele ceder seu tempo para o requerente ser ouvido. O presidente do sindicato dos servidores não pode, de antemão, pedir o uso da tribuna por todas as sessões. Isso não atende a lei. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu não quero ser

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

34

prolixo, mas como votaremos se não há nada disso em pauta? / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — O outro requerimento tinha pelo menos o assunto e estava pedindo o uso da tribuna para uma só vez. Agora, esse pede para várias sessões, e quem cederá todos esses tempos? / **Brás Zagotto:** — Respeito muito o presidente do sindicato dos servidores, mas, da forma como esse pedido está, querendo o uso da tribuna para todas as sessões, não votarei a favor. Se ele quiser protocolar um para cada vez, tudo bem, mas do jeito que está votarei contra e peço que os colegas façam o mesmo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Concordo com V. Ex.^a e o meu voto será contra também. / Posto em votação o **Ofício 80/2017**, acima descrito, **foi rejeitado** por unanimidade dos presentes. / Prosseguindo, **foram aprovados**, por unanimidade dos presentes, **os seguintes Requerimentos: 102/2017 – Elio Carlos Silva de Miranda** (Requer da Secretaria Municipal de Obras/Escritório de Projetos, em caráter de urgência, cópia do projeto existente que contempla a construção de drenagem, macrodrenagem e pavimentação asfáltica de 26 ruas do Bairro Ruy Pinto Bandeira e ainda planilhas de materiais e custos para a captação de recursos para a execução); **105/2017 – Alexon Soares Cipriano** (Requer, em caráter de urgência, que o Prefeito Municipal Victor da Silva Coelho lhe informe quem é o responsável e se tem autorização de funcionamento para a banca de revistas localizada na Rua Joaquim Vieira, no Bairro Guandu); **106/2017 – Rodrigo Sandi** (Requer do Secretário Municipal de Interior as seguintes informações: 1 – Qual a situação real do estado de conservação do maquinário que a secretaria possui, o que está em funcionamento e o que está parado; 2 – A lista completa do maquinário, bem como as respectivas necessidades para retorno do funcionamento das máquinas paradas; 3 – Se há algum contrato de manutenção de veículos vigente ou licitação vigente ou prevista; 4 – Se há contrato vigente, com qual empresa e qual o valor e cópia do contrato); **107/2017 – Rodrigo Sandi** (Requer do Secretário Municipal de Obras as seguintes informações: 1 – Qual o atual estágio da obra de pavimentação da Avenida Ubaldo Caetano, no Bairro Nossa Senhora Aparecida; 2 – Cópia do contrato da empresa que ganhou a licitação para realizar a obra; 3 – Se há, além da referida avenida, alguma rua no local que deveria receber também a pavimentação/drenagem; 4 – Qual o motivo da paralisação da obra); **321/2017 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer que o Prefeito Municipal, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SEMAG, lhe informe quais foram os critérios adotados para permitir, de forma onerosa e a título precário, a utilização dos boxes existentes no Mercado Municipal Quincas Leão, situado na Rua Bernardo Horta). / **Segue justificativa de voto.** / **Brás Zagotto:** — Votei a favor dos pedidos de informação, pois considero uma prerrogativa dos vereadores e no meu mandato de 04 anos para frente votarei a favor de todos eles, porque o vereador tem que fiscalizar sim, e pedido de informação é exatamente fiscalizar. / Dando continuidade, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, o **Requerimento 112/2017 – Alexon Soares Cipriano** (Requer que o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alexandre Bastos Rodrigues, convoque a comparecer no plenário da Casa o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Bindaco, para prestar esclarecimentos acerca de assuntos relacionados a sua secretaria). / Em seguida, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 03/2017 – Diogo Pereira Lube** (Revoga a Lei Municipal 7.136, de 15/01/2015, e dá outras providências). / **Higner Mansur, levantando questão de ordem:** — Por quanto tempo cada um de nós poderá se pronunciar? / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Serão 10 minutos. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Sem apartes? / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Com direito a apartes. / **Alexandre Valdo Maitan:** —

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

Desculpem-me, formulei a pergunta errada. Eu quis perguntar se seria sem réplica. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Com apartes, mas sem réplica. / **Diogo Pereira Lube:** — Antes de iniciar a minha fala, deixo registrado que não farei aparte a nenhum vereador que se posicionará nem mesmo ao companheiro Delandi. Quero agradecer profundamente a um grupo do qual faço parte e represento, que é o PHD, os Pensadores de Humanidade e Democracia, que surgiu no WhatsApp de professores e profissionais como advogados, psicólogos e outros que lutam pela democracia e pela liberdade de expressão em âmbitos específicos. Não só a partir do artigo 5º da Constituição Federal, mas a liberdade é um direito natural do homem, a liberdade de se expressar, de falar. Então, independente do resultado dessa votação de hoje, quero agradecer a esse grupo. Sabemos que o que ocorrerá aqui é política, é a democracia, e precisará ser acatado. Não viemos aqui para guerrear, e existem outras instâncias legais. Querendo ou não esta Casa, o PHD já está entrando com uma ADI em cima dessa lei. Eu, a partir de amanhã, também pedirei ao Ministério Público que ache o processo dessa lei, que deveria estar nesta Casa. Quando aqui cheguei, procurei esse projeto durante todo o mês de janeiro, e ele não foi encontrado. O processo dessa lei, promulgada aqui em 2014, foi a entrada de um protocolo com o projeto sendo votado em bloco e sem ter discussão. Teve o parecer do procurador, mas não os das Comissões de Constituição, de Direitos Humanos nem da de Educação. Esse processo entrou e não deveria nem ter sido votado. A lei ficou 30 dias na mesa do prefeito sem ser sancionada, voltou para esta Casa e foi promulgada pelo presidente. A matéria tramitou de forma totalmente inconstitucional, e eu nem preciso repetir isso, porque o Ministério Público já declarou a inconstitucionalidade da mesma. No dia 21/03, o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da nossa lei, deu parecer também pela inconstitucionalidade do primeiro projeto de lei nesse sentido aprovado em Alagoas, há exatamente 02 anos. O companheiro Maitan perguntou quantos eram os outros projetos revogados, e eu espero que Cachoeiro de Itapemirim deixe de ser a capital secreta do mundo e entre como mais um. Faremos parte do seletivo grupo de Municípios que lutam contra a inconstitucionalidade de uma lei que amordaça o professor. Há o seguinte texto de Rafael Magalhães, membro do PHD e professor de história do Centro Universitário São Camilo, do Guimarães Rosa, do Pentágono, do CELP e da rede municipal, respondendo ao que estava sendo dito na internet: “Primeiro, a lei jamais poderia ter sido aprovada. No momento de sua aprovação, em 2015, não houve discussão específica da Comissão de Educação, sendo aprovada em bloco, com outros 10 projetos. O Ministério Público Federal, o Superior Tribunal Federal, a Associação Nacional dos Professores de História e o Conselho Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim/ES já se posicionaram contra a lei, uma vez que ela fere a Constituição Federal. Além disso, o projeto foi aprovado sem o parecer das comissões específicas, inclusive da de educação, e o que é pior, com o parecer contrário da procuradoria da Câmara Municipal”. Como se não bastasse, não há nenhum registro no livro de atas da Câmara, que constam os pareceres aferidos. Eu procurei em todos os livros de atas e não o encontrei. Então, esse projeto já nasceu na inconstitucionalidade e no vício de origem. Enquanto Legislativo que tem hombridade, não podemos manter uma lei que nasceu no vício e foi feita de forma inconstitucional, sem o conhecimento de grande parte dos vereadores, inclusive dos 02 professores que estavam na Casa. “Segundo: a escola não pode ser só para cristãos”. Digo isso apesar de ser cristão e católico. A Lei 10.639/03 institui que nós devemos falar das relações ético raciais em sala e também de outras religiões de matrizes africanas. Felizmente ou infelizmente, vivemos em

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um país laico, onde há liberdade religiosa, e há famílias de outras religiões. Temos aqui neste auditório kardecistas, umbandistas, candomblecistas, xintoístas, islâmicos e até agnósticos. Então, o papel do professor não é de acordo com o artigo 5º desse projeto de lei: “abster-se de inserir nas disciplinas obrigatórias conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais”. Quer dizer que se eu falar de umbanda e de candomblé na sala irei contra às convicções dos pais que por ventura sejam católicos ou cristãos? O meu papel como professor é falar sobre conceitos, e não ensinar ninguém a ter sua religião, até porque quem estudar a umbanda saberá que ninguém escolhe ser umbandista, e sim a umbanda que o escolhe para a religião. O terceiro ponto que já discutimos é que “não existe ideologia de gênero”, e sim um tema chamado questões de gênero, identidade de gênero e discussão sobre gênero. Ideologia de gênero é uma coisa criada nas redes sociais justamente por pessoas que pregam uma moral religiosa, o que devemos respeitar também, e que temem ver isso ser trabalhado em sala de aula. Posso afirmar para os senhores, em gênero, número e grau, como professor e representante da classe, que isso não existe. Se isso fosse transmitido na escola para a minha filha, eu seria o primeiro a ir até lá e discutir, porque o papel da família é estar junto com a escola, e não precisa existir uma lei que feche a boca do professor. Os pais podem ir à escola discutir com o professor, conversar com a pedagoga, com a instituição de ensino e usar de seu direito de ser família e de se integrar à escola. Em Cachoeiro, onde tem essa lei, há um projeto maravilhoso da SEME chamado Família e Escola, o qual a Valéria Duarte, que é coordenadora pedagógica do Centro Educacional São Camilo, ministra e está de portas abertas para receber os pais para essas discussões específicas. Em quarto lugar está que “a disciplina de ensino religioso já faz parte do currículo municipal”. Não sei se os senhores sabem, mas a Escola Sem Partido foi criada pelo Sr. Miguel Nagibe para as escolas de ensino médio. Senhores, a escola de ensino médio não tem ensino religioso, que é facultativo no fundamental. Em Cachoeiro, o nosso ensino vai do 1º ao 9º ano, com ensino religioso para trabalhar os valores e as relações. Os senhores acham que a escola não traz isso? Imaginem se chamarmos um professor de ensino religioso de doutrinador, porque ele apenas fala do cristianismo em sala de aula? Ele pode ser chamado de doutrinador caso um pai se incomode porque seu filho é agnóstico e está recebendo os valores cristãos? Vivemos em um país multicultural. É isso o que significa pluralismo de ideias. Neutralidade política e pluralismo de ideias são coisas diferentes. Se o menino chegar em sala de aula querendo defender a ditadura, o fascismo ou o nazismo, vou ter que dizer que ele está certo? Não poderei falar, porque tenho que ser neutro? Em política, eu tenho que ser neutro? Se o menino falar de homofobia, não vou dizer que está errado? Eu não posso tocar em questões que fujam às convicções religiosas e morais dos pais? O que estamos discutindo aqui é a liberdade de ensinar tudo para que o pai em casa tenha uma maior participação na escola e veja de fato o que está acontecendo. Quais são os pais aqui que cobram o dever de casa dos filhos? Eu trabalho dando aula há 20 anos e, talvez, tenha recebido uns 04 pais, e nunca fui chamado de doutrinador. Nas disciplinas de ciências humanas, como história, geografia, sociologia, filosofia e ensino religioso, é impossível não abordar política. Política e religião são ações individuais e coletivas que dizem respeito ao sistema de poder utilizado ao longo da história. Votar para presidente, por exemplo, é uma ação política. Eu não posso falar disso? Não posso falar para os meninos votarem? “No domingo, vocês têm que exercer seu direito democrático e votar”. De acordo com o artigo 3º desse projeto, eu não posso fazer com que os alunos participem de manifestação, atos públicos e passeatas. O voto é um ato público. Esses

36

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

37

são os vícios da lei. Quando pegamos o Projeto Escola Sem Partido e lemos o título, é maravilhoso, mas qual é o partido da Escola Sem Partido? É não ter partido ou ter algum partido? O que está por traz desse projeto de lei? É fazer com que as pessoas não discutam? Que elas não tenham criticidade? Que elas cresçam como ovelhas, não no sentido religioso, mas aquelas que vão seguir simplesmente os líderes que estão fora da escola, sem a capacidade pontual de diversificar? O último ponto que está aqui diz que devemos ter muito cuidado. Cuide de sua família com os princípios que sua religião determina. Você é livre para essa escolha, mas o Estado, o governo, não pode fazer isso, pois somos um país laico, ou seja, o político não pode fazer uma lei em benefício de religião A ou B. Isto aqui não é uma guerra, queridos. Independentemente da votação, espero que o debate se sobressaia e agradeço profundamente ao companheiro Delandi por me permitir, em tão pouco tempo de vereança, este debate profundo e íntimo dessas relações que tangem à educação. Não é uma guerra, é um debate público e político. Estamos na Câmara cumprindo a democracia. Escola sem pensamento crítico não é escola. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Senhores, acho que esse tema já está bem debatido, mas me cabe ainda fazer algumas ponderações, como fez o Vereador Diogo. De antemão, quero parabenizá-lo pelo seu posicionamento, pois está correto em defender aquilo que acredita, assim como eu também acho que não estou errado. Só para esclarecer, já que V. Ex.^a fez menção várias vezes quanto à guerra, digo que li o post na internet, e a guerra a qual se refere é de ideias. Em momento algum ninguém aqui partiu para a agressão nem para armas. Precisamos deixar bem claro para os vereadores que não compete direto e exclusivamente ao Estado a educação dos filhos. Ao Estado cabe o ensino de conhecimento científico, temático, ao passo que aos pais compete a formação moral, religiosa, política e ideológica dos filhos. O que é de competência da família o Estado não pode abarcar. A Constituição Federal, em seu artigo 205, atribui à família, em colaboração com o Estado, o dever de educar para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho. De modo complementar, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, em seu artigo 12, assegura aos pais o direito à formação moral e religiosa de seus filhos, e aos filhos o direito à liberdade de consciência e de religião no ambiente escolar. Isso não quer dizer que não se tenha que ensinar sobre o procedimento de religiões na escola, e sim que se respeite a ideologia religiosa, não usando a sala de aula para qualquer tipo de proselitismo, seja ele agnóstico, mulçumano, católico, umbandista, candomblecista ou protestante. Isso não importa. Nunca foi proibido falar sobre religião em sala de aula nem será. Respondendo à pergunta do Vereador Maitan, digo que particularmente não tenho conhecimento de qualquer professor em nosso Município que tenha sido cerceado do direito de ensinar aquilo que entende que é certo. Não houve nenhum problema com relação a isso. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — A Vereadora Renata e eu estávamos numa discussão em um bar quando um defensor da Escola Sem Partido me ameaçou, chamando-me de doutrinador e ainda disse que bateria em mim se eu falasse em sala de aula sobre ideologia de gênero para o filho dele. / **Delandi Pereira Macedo:** — Aí V. Ex.^a foi cerceado de fazer isso? / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — O que os senhores imaginam? / **Delandi Pereira Macedo:** — Ele usou a lei para cercear V. Ex.^a? / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Ele usou de ameaças. O meu grande erro foi não ter feito a denúncia, mas esse mesmo cidadão foi à internet, nas redes sociais, e me ameaçou novamente com esse tom. Peço até desculpas por fazer o aparte, mas essas ameaças são veladas, e não diretas. Se os professores denunciassem quando são ameaçados em sala de aula por alunos, que chegam a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dizer que vão matá-los quando pedem que guardem o celular, eles não teriam emprego. / **Delandi Pereira Macedo:** — Sei que há escola no Bairro Santa Cecília onde os professores não querem mais dar aula, e não é por causa da Escola Sem Partido, e sim porque pessoas do bairro furam os pneus dos carros deles. É um ambiente de guerra que existe no bairro. É importante entender e separar as coisas. Isso não é em decorrência do Projeto Escola Sem Partido. É assegurado aos pais o direito à formação moral e religiosa de seus filhos, e aos filhos o direito de liberdade de consciência e de religião no ambiente escolar. É direito da família, e não do professor fazer isso. Não cabe, portanto, à escola a educação moral, política e ideológica. A função ela é subsidiária. Ela deve auxiliar os pais na educação dos filhos, e não os educar conforme seus valores e princípios. Não são os princípios e os valores do professor que devem ser ensinados em sala de aula. É preciso respeitar os princípios familiares. É isso o que a lei da Escola Sem Partido prega. É o respeito que se deve ter, separando-se escola da família. À escola compete simplesmente o ensino de conteúdo temático, específico, por meio de metodologia e de técnicas adequadas para cada faixa etária. Um professor de geografia deve em sala de aula ensinar geografia. Ele não pode passar a aula tratando de economia, política, futebol e religião. Eu disse alguma besteira? Esse professor tem que se ater aos critérios estabelecidos nos Planos Municipal e Estadual de Educação, seguindo a regra da escola. Professor não pode ensinar o que bem entende, não. Se ele é dessa área, é nela que tem que ensinar. Isso não impede de haver um espaço de conversa na sala de aula, mas o ensinamento tem que ser na área na qual o professor é especializado; do contrário, confunde os alunos. Tem que haver posicionamento dos professores, e é isso o que boa parte está querendo fazer, ou seja, usar a sala de aula para fazer implementação de suas ideologias, sejam elas político/partidária ou religiosa. Qualquer tipo de doutrinação dentro da escola deve ser cerceado sim, pois cada macaco no seu galho. O professor está sendo pago com dinheiro público para trabalhar em uma escola pública, e não numa escola particular dele para ensinar o que bem entende. Ele tem que seguir um plano de estudo. É assim que tem que funcionar o ensinamento dentro da escola, e não há que se falar em cerceamento do direito de nenhum professor. Não há aqui nenhum levante contra o professor. Eles têm liberdade para trabalhar, inclusive, no Município de Cachoeiro de Itapemirim, exercem a sua função de forma muito espetacular e precisam ser parabenizados. Não podemos permitir que apareça algum no meio dessa história e queira ultrapassar seus limites. É nesse caso que o poder da lei os impedirá. Espero, Vereador Diogo, que nunca seja preciso usar a lei para impedir doutrinação nas escolas. O bom da lei é que nunca seja necessário utilizá-la. Precisaríamos respeitar mais os projetos encaminhados a esta Casa. Está sendo dito que esse projeto foi feito de forma totalmente errada, mas V. Ex.^a agora é vereador e, mesmo sabendo que aqui não haverá vencedor nem perdedor e que ganhará a maioria, obviamente, deve respeitar os colegas que já passaram por esta Casa e fizeram um trabalho brilhante e irretocável. Estamos aqui com o ex-vereador Wilson Dillel que, de forma muito competente, atuou na legislatura passada, assim como o Fabrício. Dizer que aqui os procedimentos são feitos às escuras, com projetos colocados para serem votados em bloco junto com os demais, sem os devidos pareceres? Acho que isso é muito forte não para esta legislatura, mas para aquela que passou, da qual os colegas Fassarella, Ely, Alexandre de Itaoca e eu fizemos parte. É o mesmo que dizer que, enquanto vereadores, não prestamos atenção no que estávamos votando. Isso não é verdade, porque todos os processos que passaram por aqui tiveram a sua votação acompanhada; portanto, é preciso respeitar esse trabalho. Vereador Diogo, espero que este

38

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

39

debate seja para a construção, e aqui não existe nenhum competidor. Eu não estou competindo com V. Ex.^a. Não é um projeto de V. Ex.^a e outro meu, mesmo tendo sido eu quem usou mais a tribuna para defender a minha tese. Votarei de forma consciente naquilo que acho que é melhor para o nosso povo. Desde que V. Ex.^a entrou com esse projeto, pedi que o debatêssemos e, se necessário, fizessemos emendas, porque o assunto é muito mais complexo do que se pode imaginar. Eu solicitei a V. Ex.^a até a realização de audiências públicas, mas, infelizmente, o colega achou melhor seguir com o projeto para votação. Respeito por ser direito de V. Ex.^a, mas o assunto é muito mais extenso do que apenas essas palavras que dissemos aqui. Muito obrigado! / **Higner Mansur:** — A minha manifestação aqui será sempre a leitura da página de um livro. Sou um leitor compulsivo e procuro sempre trazer algo que acrescente, como leituras de Rubens Alves, Moacyr Scliar, Newton Braga, Pepe Mujica, Amos Oz e Afonso Celso. Porém, de tudo isso que li nada está aqui. Farei a leitura agora de um texto de Mário Sérgio Cortella, chamado “Política para não ser idiota”, em coautoria, quase que um diálogo com Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, do qual tenho a honra de ser amigo no facebook, ter diversos livros e o acesso à conferência de Maquiavel, através de um DVD da TV Cultura, que era um trabalho dele naquele momento. Mário Sérgio Cortella e Renato Janine Ribeiro são escritores, debatedores, conferencistas e professores e, por coincidência, não sei se hoje é 28 ou 29, tirei do facebook algo que escrevi, com a seguinte nota: “Mário Sérgio Cortella estará em Cachoeiro nesta sexta-feira, 28/03, no Perim Center, com o patrocínio da Unimed”. Isso deve ter 02, 03, 04 anos, eu não sei. Nesse diálogo, é o Cortella quem está falando: “Parece-me quase obrigatório, na discussão sobre política, explorar como resolvemos as nossas diferenças, de que meios dispomos – o consenso, entre aspas, a maioria vence, o conflito, o confronto, etc.. Antes de tudo, política não é obrigatoriamente consenso. Consenso é uma parte do ato político, mas não é a única forma de lidar com as diferenças. A palavra consenso, às vezes, passa a sensação de que é necessário reduzir, abrandar as divergências e, portanto, impedi-las. No meu entender, democracia não é ausência de divergências mediante sua anulação. É a convivência das divergências sem que se chegue ao confronto. Costumo fazer uma distinção entre conflito e confronto. Conflito (creio que é o que temos aqui) é a divergência de posturas, de ideias, de situações; confronto é a tentativa de anular o outro. Assim, considero que não existe conflito militar, porque guerras são situações de confronto, nunca de um simples conflito. A intenção numa guerra, num combate, não é convencer o outro, mas vencê-lo pela força, extingui-lo”. Posso dizer, com toda a honra, que este debate que estamos vendo aqui é muito bonito. De início, fiquei preocupado, inclusive foi por conta disso que está em minha mesa esse monte de livros, pois fui estudar especificamente o tema. Fico muito honrado de ver aqui 02 debatedores principais neste momento, e esta Casa está de parabéns e mais ainda os Vereadores Delandi e Diogo, porque estão defendendo, com a inteligência de cada um, sua convicção, a não ser em um momentinho que ficou lá para trás. Eu já tenho o meu voto, mas, independente do resultado que sair daqui, mesmo se o juiz e a lei entenderem diferente, ficarei satisfeito por termos cumprido o dever da democracia. Muito obrigado! / **Wallace Marvilia Fernandes (Presidente):** — Vamos prorrogar a sessão pelo tempo necessário ao término dos trabalhos. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — O que me traz aqui e me instiga é o debate pela legalidade, já que sou advogada por formação e curiosa por devoção. Não posso me esquivar e, dentro desse processo todo, me ative a questões eminentemente legais. Como eu havia dito diversas vezes ao Vereador Delandi, não podemos deixar a fiscalização e o

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

40

debate acabarem, e sim inseri-los no Plano Municipal de Educação, que é a Lei 6.123, a qual, além de fixar metas e objetivos para a educação municipal, adotou, como pressuposto, a avaliação periódica durante a sua vigência e regime de colaboração com o Estado e a União em implementação e em sintonia com o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação coloca em vigor esse Plano Municipal em 2018; portanto, estica o nosso debate em cima desse Plano Municipal de Educação. É nossa obrigação inserir esse debate e buscar saber o que os nossos filhos aprendem na escola dentro dessa programação. Lembro-me com muita atenção o que foi dito pelos Vereadores Diogo e Delandi. O que enfraquece a família não é o que o meu filho aprende na escola, e sim quando ele chega em casa, e eu não presto atenção às reações dele. O que enfraquece o estado democrático de direito é manter leis feitas sem debate como este. Se este debate tivesse ocorrido dentro da forma com que essa lei nos foi trazida, talvez, hoje, ele não estivesse acontecendo, porque essa lei foi colocada em discussão na 20ª sessão desta Casa, realizada em 2014, e o que abriu os trabalhos dela foi o seguinte: “Senhor presidente, como esta é a última sessão do ano, sugiro que sejam suprimidos o Pequeno e o Grande Expedientes e o Horário das Lideranças para passarmos à votação de limpeza da pauta”. Ora, uma questão desse tamanho ser votada como limpeza de pauta já responde a primeira questão trazida pelo Vereador Maitan. Se eu não entendi bem a sua pergunta, depois, V. Ex.^a me recapitule. Eu li toda a ata para ver as justificativas e digo ainda que nessa sessão aconteceu a entrega de comendas, homenagens e prestação de contas e, no final, postas em votação, entre aspas, foram aprovadas em bloco, por unanimidade dos presentes, as seguintes matérias, onde está incluído o Projeto de Lei 266, de iniciativa do Vereador José Carlos Amaral, criando a Escola Sem Partido, e dá outras providências. A votação foi em bloco, como nós já fizemos aqui algumas vezes. O processo não está aqui para vermos os pareceres que deveriam ter sido discutidos nas comissões; portanto, não há como percebermos certas coisas. Acredito que muitos aqui não leram essa lei detidamente, e eu peguei o conteúdo da mesma. O projeto saiu daqui, foi para o prefeito, que se manteve silente, e a lei foi promulgada, então, pelo presidente da Câmara, Vereador Júlio, em 15/01/2015. A Lei 7.136 diz o seguinte: “Fica criado no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim o Programa Escola Sem Partido, atendendo os seguintes requisitos: 1 – neutralidade política, atendidos os seguintes princípios: pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”. Para fazer uma lei não é chegar e colocar as coisas no papel, não. A presidência da República, por exemplo, dentro de sua procuradoria, tem a instrução normativa a qual determina o que é inciso, o que é parágrafo e o que é alínea. Lei não é um rabisco no papel, é uma coisa muito séria. Há uma ordem lógica a ser seguida. Assim, quando essa lei diz “atendidos os seguintes princípios” e embaixo há outro inciso há um defeito, e ela amplia o norte e não coloca qual princípio devo seguir. Fui buscar o modelo de lei ordinária organizado, no qual pegaram na íntegra e fizeram as adequações ao projeto do Amapá. A lei aprovada e votada nesta Casa faz parte da originária que está no site do Escola Sem Partido, só que aqui ela foi recortada e não tem mais o sentido lógico visto na lei originária. É *ipsis litteris*. Ora, uma coisa que cabe no Amapá e no Rio cabe aqui? O Poder Legislativo Municipal só pode fazer algumas leis, e lembro aqui o colega Allan dizendo que são pouquíssimas e extremamente municipais, dentro do nosso caixotinho. Como algo que cabe no Amapá e no Rio de Janeiro será personalíssimo para o nosso Município, onde temos a competência para legislar? Se tudo isso, através de debate, estiver inserido no Plano Municipal de Educação, cuja cópia nos foi entregue, não consigo imaginar a necessidade de se estrangular o debate, já que a lei nos dá até 2018 para

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

41

fazer as alterações necessárias ao mesmo. É o que temos que fazer; agora, não há como manter dentro do nosso ordenamento jurídico uma lei que é reconhecida como inconstitucional por analogia, *ipsis litteris* em todo o texto. Quanto a ter acontecido ou não restrição a algum professor, não podemos comprovar. / **Aparteando Higner Mansur:** — Acaba de sair uma lição do que é votar em bloco, algo que precisamos acabar. A outra coisa muito importante a registrar é que V. Ex.^a está sendo brilhante em sua exposição. Digo isso para que fique nos anais desta Casa e, no dia em que for lida esta ata, não seja como ocorreu na que a secretária citou, sem usar esse palavrão aí, do qual esqueci. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Limpeza de pauta. / **Aparteando Higner Mansur:** — Exatamente isso, mas não foi uma limpeza. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Sinto-me na obrigação de explicar que em todo o final de ano é feita uma limpeza de pauta, termo usado naturalmente. Por quê? Porque os projetos que estão na Casa ou são votados ou, então, cancelados, pois não poderão ser apreciados no próximo ano. Não é um termo pejorativo. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Só estou dizendo isso, porque esta Casa não pode ter palavras que sobrem ou faltem, pois não nos cabe brincar no exercício dessa função. Não cabe fazer uma lei que coloca “não ferir a neutralidade política, atendendo aos seguintes princípios”, que eu não sei quais são. Qual será a minha penalidade? Vai ficar ao alvedrio de quem me penalizar por um descumprimento? Que legislação vou usar já que sequer isso foi referenciado aqui? Não podemos brincar com isso, porque não é a família que precisa de proteção. O maior não precisa de proteção contra o menor. Não é o meio ambiente, que é infinitamente maior do que o homem, que precisa de proteção. O homem faz a falácia de proteger o meio ambiente para proteger a si mesmo. É preciso proteger a família, fortalecendo-a, e não diminuindo a escola. Precisamos lutar para que a escola ensine mais, e não que os alunos sejam aprovados com “A” sem saber ler nem escrever. Não posso desvalorizar quem dá a vida na profissão de ensinar aquele que cuidará de mim na minha velhice. Não podemos perder o foco daquilo que os nossos filhos aprendem, muito menos deixar uma lei aberta desse tipo para que os nossos professores fiquem reféns de um sistema político. Se o presidente ou o chefe do Poder Executivo não gostar daquilo que o professor disse, poderá penalizá-lo de qualquer forma. Isso vai para o Judiciário, e os colegas Higner Mansur e Alexandre Maitan sabem como é lá. A militância jurídica não com debates tão bonitos, não. Muito obrigada! / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Eu não sei me pronunciar no “juridiquês” da ilustre vereadora. A minha formação é contabilidade. Não estou contra nem a favor de ambos os colegas. A minha opinião é que professor nenhum doutrinará o meu filho, porque quem faz isso em casa sou eu. Se há alguém perdendo o filho para o professor, é porque não está dando a atenção que a criança merece. Talvez, o pai chegue em casa vai para a televisão, para o futebol ou para o boteco e deixa de dar atenção ao filho. Tenho três filhos, dois mais velhos são evangélicos e um de 10 anos, e com todos eles eu converso sobre tudo, já dando o encaminhamento certo. Acredito em Deus e digo para o meu filho de 10 anos que o Ser Maior fez tudo. Então, se algum professor lhe disser que Deus não existe, ele vai acreditar em mim, que sou seu pai e sempre lhe aponto o que é certo e errado. É fraqueza do pai achar que o professor ditará o que seu filho fará. Tenho amigos evangélicos e sei que se fala muito em família, sobre a perda de valores. Pode ser que os pais é que não estejam dando aos filhos os valores necessários; portanto, os valores não foram perdidos, e sim não passados para os filhos. O meu voto é referente ao meu posicionamento, ninguém me influenciou. Os dois palestrantes defenderam bem suas teses. Tenho que aprender muito com

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

42

os Vereadores Delandi, que fala bonito, e gosto de ouvi-lo se pronunciar, e Diogo. Eles expuserem seus pareceres individuais e tentaram, de certa forma, influenciar os outros, conforme é seu direito. Espero que ninguém leve a minha postura para o lado pessoal, pois é de acordo com o que acho certo. Votarei consciente de que estou fazendo a coisa certa. Muito obrigado! / **Alexandre Valdo Maitan:** — Fiz duas perguntas aqui, e quem está acompanhando desde o início ouviu. Gostaria de parabenizar o colega Diogo, que honra o PDT, foi brilhante em suas posições, e por quem tenho profunda admiração e respeito. V. Ex.^a propôs o projeto e o defendeu com propriedade. De igual forma parabenizo o Vereador Delandi. Eu não perguntei a V. Ex.^a qual Município teve revogada essa lei, e sim se tinha conhecimento de uma ADI contra a lei, que já tem 02 anos de efetividade. Perguntei ainda se sabia de algum caso de professor com o direito de atuar cerceado ou que tenha sido punido pela Secretaria de Educação no exercício de sua atividade. Sendo mais explícito, gostaria que citasse um professor de uma sala tal que tenha sido punido, acusado de estar fazendo o menino ser da religião tal ou de determinado partido político. Segundo V. Ex.^a, se os ex-vereadores David e Leonardo tivessem lido o projeto, não teriam votado a favor, e eu também ouvi a Vereadora Renata dizer que um parlamentar teria falado em projeto cobra d'água. Esses projetos eram denominados assim por alguns vereadores da legislatura passada, especificamente se referindo a matérias que, depois de aprovadas, não tinham efetividade. Quem ganhar ou perder quanto a esse projeto saiba que o sentimento que tenho em termos de efetividade é que as coisas continuarão do mesmo jeito. Se tivesse que haver algum cerceamento, já teria ocorrido nesses 02 anos. Se o Vereador Diogo não conseguir aprovar o seu projeto, os alunos vão para a sala tê-lo lá como professor do mesmo jeito, atuando com a mesma capacidade de antes. Até então, pelo que ouvi dos 02 vereadores, ninguém foi cerceado no exercício de sua atividade. O debate é fantástico, o Vereador Delandi trouxe o contraditório, e foi muito importante a atuação dele, porque, se ouvíssemos só a propositura do colega Diogo, não elevaria a discussão, como foi visto aqui. Foi fantástico e brilhante esta Casa dar uma demonstração de que terá cuidado na análise dos projetos em pauta. Fiquei um pouquinho magoado, Vereadora Renata, com a forma final colocada por V. Ex.^a quanto à limpeza de pauta, pois ficou parecendo que a legislatura passada foi desidiosa e não teve o cuidado de analisar um projeto de tamanha relevância. Senti-me um pouquinho desprestigiado pela fala de V. Ex.^a. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Perdoe-me, por favor, excelência. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Que isso? Agora, eu me questiono e também aos colegas da legislatura anterior. O Vereador Higner nos deu aqui uma aula ao mostrar que tinha um posicionamento diferente e o rasgou diante da decisão do ministro do STF. E os colegas da outra legislatura que aprovam por unanimidade dos presentes aquele projeto? Como se posicionariam agora? Talvez, dariam sim um atestado de que não viram nem conheceram o projeto, e isso me preocupa muito. Os ex-vereadores Léo e David perderam a eleição e, talvez, a aprovação dessa lei os tenha colocado para fora da vida política. Isso é algo que nos leva a refletir muito. Quero ver como votarão os colegas da legislatura passada que também estão presentes nesta e estarei atento às justificativas de voto para concluir se não leram ou não viram o teor do projeto no mandato anterior ou se mudaram de entendimento, depois do que ouviram dos vereadores a partir do debate. Isso é salutar, fantástico e ocorre a partir do debate. Os colegas da atual legislatura estão a cavaleiros e não têm responsabilidade nenhuma quanto a isso. O Vereador Higner Mansur trouxe à baila aqui uma decisão do ministro do STF, datada de 2017, dizendo que a lei era inconstitucional, mas,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

43

quando ela foi proposta lá atrás, não tínhamos conhecimento dessa decisão. A impressão que tenho é que os colegas aprovaram o projeto inconstitucional por não o terem analisado. O Vereador Diogo disse que o projeto não está na Casa e que havia um parecer contrário da procuradoria ao mesmo, e eu queria ter acesso a ele. Fui vereador daquela legislatura. Essas são questões a serem analisadas para votarmos com consciência. Fico com o coração partido, dividido entre as duas correntes lançadas aqui, observando a capacidade do Vereador Diogo com sua hombridade e por saber que ele exerce a sua profissão com maestria. Vejo também que o Vereador Silvinho é do interior e sabe como fomos criados, tanto é que até hoje chamo as pessoas de senhor e de senhora. Inclusive, o Vereador Higner Mansur costuma me dizer que não é tão senhor assim. Esse tratamento com deferência vem da minha criação, assim como o hábito de pedir desculpas. Vem essa questão do que um mau profissional pode fazer dentro da sala de aula. É essa a preocupação do Vereador Delandi, e não se dirige a 99% dos professores que dignificam a educação do Município e do país. A preocupação refere-se a um ou a dois professores que podem escorregar e agirem de forma tendenciosa. / **Aparteando Higner Mansur:** — Ilustre colega, fui vereador por duas vezes e, talvez, se eu voltasse lá atrás, não poderia rasgar algumas coisas, como não pude rasgar a minha petição, mas certamente teria agido em muitas coisas delas de maneira diferente. O que aprendi é que há a desídia e a maldade. A desídia é o deixa para lá, deixando passar um projeto cobra d'água, votando em bloco, no chegou votou, e são essas as coisas com as quais precisamos acabar. Limpeza de pauta não é um nome feio para isso, mas é um pecado muito grave. Estavam aqui pessoas ilustres, como os professores David e Leonardo, que também não viram o projeto. Se olharem lá atrás, verão coisas que também não vi. Precisamos aprender com o que passou. Não vamos criminalizar, e sim aprender. Toda vez que se fala em votar em bloco eu sinto um choque e, quando algo vai ser protocolado e subir, sinto outro. Se é cobra d'água, quase morro; se disser os três juntos, aí é que morro mesmo. Não vamos olhar para trás, e sim para frente para nunca mais termos votação em bloco e muito menos limpeza de pauta. É preferível devolver o projeto para que a outra legislatura resolva. Hoje estou muito feliz e aparteando demais por conta disso. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Quero parabenizar mais uma vez quem elevou o nível do debate pela propositura e coragem. Parabéns ao Vereador Delandi, à Câmara Municipal e aos demais vereadores pelo resultado final! / Posto em votação, o **Projeto de Lei 03/2017**, acima descrito, **foi rejeitado** por dez votos contra sete do plenário. **Votaram a favor:** Allan Albert Lourenço Ferreira, Brás Zagotto, Diogo Pereira Lube, Edison Valentim Fassarella, Elio Carlos Silva de Miranda, Higner Mansur e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Alexon Soares Cipriano, Dário Silveira Filho, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Paulo Sérgio de Almeida, Rodrigo Sandi, Sebastião Gomes e Sílvio Coelho Neto. / **Seguem justificativas de voto.** / **Delandi Pereira Macedo:** — Quero agradecer aos colegas que votaram pela não revogação da lei. Estou tranquilo com o nosso posicionamento, respeitando o direito e o voto de cada um. Não tenho a menor dúvida de que tudo isso serviu para o aumento dos nossos debates e das nossas responsabilidades, que são enormes. Vereador Diogo, repito, não há perdedor nem ganhador. Continuaremos parceiros e, no que depender de mim naquilo que eu julgar importante, estaremos unidos pelo bem-estar desta Casa e pelo povo de Cachoeiro. Muito obrigado! / **Diogo Pereira Lube:** — A justificativa do meu voto não fica só nesta Casa, pois buscarei continuar trabalhando a lei, porque, enquanto políticos, buscamos trabalhar a Constituição Federal. Independentemente da posição particular de cada

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

44

um e, se for o caso, peço até desculpas aos legisladores antigos, mas a verdade é que tiveram displicência em não discutir essa lei. A revogação ou não da lei merece de fato uma audiência pública para que a sociedade discuta. Essa lei ainda não foi aprovada em nível federal, não foi sancionada pelo MEC e por nenhuma Secretaria de Educação. Então, é importante que seja levada a quórum. Colegas do PHD, desde já, saibam que iremos à justiça comum e à procuradoria, relatando em grande parte os episódios ocorridos na legislatura passada e a maneira como foi confeccionada essa lei. Vamos continuar com a nossa luta por uma escola com pensamento crítico. Vamos juntar forças, porque a escola precisa da família, e a família precisa da escola. A escola vai continuar à disposição da família, mesmo sabendo que ela nem sempre pensa como a escola. Muito obrigado! / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Votei consciente, a favor da democracia plena. Por mim, o voto nem seria obrigatório, e sim por livre conveniência. Nada que cerceie o direito de qualquer cidadão, seja professor ou médico, terá o meu voto. Sou sempre a favor da democracia plena. / **Higner Mansur:** — Resultado é resultado, e resultado está, mas, como consolo ao colega Diogo, vou dizer que nesta Casa, nos últimos 12 anos, foram votadas 21 alterações legais no PDM, e todas elas declaradas inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e não sairão de lá com constitucionalização. Dessas, 20 são do Ministério Público e 01 foi uma ação popular proposta por mim. A ação de V. Ex.^a será mais uma, e que Deus lhe dê a iluminação para o sim ou para o não. / **Edison Valentim Fassarella:** — Quero parabenizar a nossa Câmara pelo grande debate que houve quanto a esse projeto nesta legislatura. Eu não estava presente nesta Casa quando esse projeto foi aprovado, porque era secretário Municipal de Saúde. Não li toda a ata, mas busquei algumas informações, e o que a Vereadora Renata leu na ata eu estranhei um pouco, pois não houve nenhum comentário nem discussão sobre esse assunto. Por ter aqui 02 professores, o Léo e o David, automaticamente, eles discutiriam. Não houve nenhuma discussão registrada em ata, e foi por isso que entendi o recado direito, acompanhando atentamente as falas dos Vereadores Diogo e do Mansur. Lá atrás realmente não houve nenhuma discussão quanto a um projeto dessa relevância que aqui gerou um debate tão grande. Por que lá atrás não houve nenhuma discussão? Porque ninguém realmente sabia o que estava votando. Infelizmente, a Vereadora Renata tem razão no que disse. Desculpem-me a franqueza, mas esse projeto foi votado realmente sem que ninguém soubesse, porque não houve nenhum comentário em relação a ele. Pergunto aos colegas Delandi, Brás, Maitan e aos outros da legislatura passada: houve algum comentário na sessão em que esse projeto foi votado? Pergunto, porque eu era secretário, e essa indagação fica no ar. Parabenizo o colega Diogo pelo grande comentário, inclusive é dito em Cachoeiro que a Câmara mudou para melhor. Muito obrigado! / **Alexon Soares Cipriano:** — Quero fazer a minha justificativa, porque, como bem lembrou o Vereador Maitan, tenho as minhas convicções. Algumas delas trazemos de berço, tomando como base a família e a igreja. Respeito a posição de cada colega vereador, principalmente do professor Diogo, que foi quem apresentou o projeto. Corroboro com a palavra de que precisamos debater esse e diversos outros assuntos de interesse da sociedade. Também quero parabenizar os Vereadores Diogo e Delandi pela forma clara, objetiva e apaixonada com que cada um deles defendeu sua posição, assim como fizeram outros que subiram nesta tribuna. É isso o que este Poder merece como Casa do Povo de Cachoeiro de Itapemirim. É disso que nossa população cachoeirense, sofrida com algumas mazelas, precisa, ou seja, que debates envolvendo certos assuntos, como o PDM, o Código de Obras e o Código de Posturas, aconteçam, como se deu com esse projeto hoje. Estarei

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

vigilante quanto a todos os projetos que derem entrada nesta Casa. Aproveito para me direcionar aos nossos servidores, informando-os que, assim que o projeto do Poder Executivo referente à estrutura administrativa chegar aqui, eles, através do sindicato e meios de comunicação, como Facebook, e WhatsApp, terão conhecimento de todo o teor dele. Assim, debateremos aquilo que for de interesse de todos os servidores e da população. Muito obrigado! / **Wallace Marvila Fernandes (Presidente):** — Agradeço a todos os vereadores e expresso o meu desejo de que aconteçam outras sessões como esta e que o público retorne a este Poder. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva e Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la. _____

45

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”